



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB**  
**Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS**

**GABRIELA MENDES DE SOUSA FORTES**

**JUSTIÇA RESTAURATIVA E LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE À LUZ DO  
PROJETO DE LEI 4501/2012**

**BRASÍLIA**  
**2014**

**GABRIELA MENDES DE SOUSA FORTES**

**JUSTIÇA RESTAURATIVA E LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE À LUZ DO  
PROJETO DE LEI 4501/2012**

Monografia apresentada como requisito  
para conclusão de curso de Bacharelado  
em Direito pela Faculdade de Ciências  
Jurídicas e Sociais do Centro Universitário  
de Brasília – UNICEUB

Orientador: Georges Carlos Fredderico  
Moreira Seigneur

Brasília  
2014

## **RESUMO**

O presente trabalho monográfico versa sobre a possibilidade de aplicar a Justiça Restaurativa no âmbito da Lei Maria da Penha, que trata da violência doméstica e familiar praticada contra a mulher. A discussão surge diante do Projeto de Lei 4501 de 2012 (PL 4501/2012), de autoria da Deputada Aline Corrêa (PP-SP), que dentre as propostas, pretende retomar a conciliação e suspensão condicional do processo frente aos casos da referida Lei. As alterações propostas foram debatidas em audiência pública realizada pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, momento do qual a maioria dos presentes foi contra a alteração. Dessa maneira, sob um enfoque jurídico-dogmático pretende-se analisar os argumentos favoráveis e contrários em relação à aplicação da Justiça Restaurativa aos casos da Lei Maria da Penha.

Palavras-Chave: Violência doméstica e familiar contra a mulher. Lei Maria da Penha. Justiça Restaurativa. Suspensão Condicional do Processo. Projeto de Lei 4501/2012.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1 A LEI MARIA DA PENHA .....</b>	<b>6</b>
1.1 Origem da Lei Maria da Penha .....	7
1.2 Definição de violência doméstica .....	8
1.3 Alterações no ordenamento jurídico .....	10
1.4 Medidas Protetivas .....	16
1.5 Constitucionalidade da Lei Maria da Penha e a ADI nº 4424 .....	21
<b>2 DIREITO PENAL E A PAZ SOCIAL .....</b>	<b>26</b>
2.1 Justiça Restaurativa .....	28
2.2 Outros Modelos de Resolução de Conflitos .....	33
2.3 Suspensão Condicional do Processo .....	35
<b>3 JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL .....</b>	<b>37</b>
3.1 Justiça Restaurativa em Porto Alegre .....	39
3.2 Justiça Restaurativa no Núcleo Bandeirante .....	42
3.3 Justiça Restaurativa em São Caetano do Sul .....	46
3.4 Projeto de Lei 4501/2012 .....	49
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>66</b>

## INTRODUÇÃO

O Estado possui o poder-dever de punir aquele que pratica uma infração penal. Ocorre que nessa situação estão envolvidos o direito à punição e o direito à liberdade. Então, o Estado deve cuidar para que haja sempre um equilíbrio entre o interesse punitivo e a preservação do direito subjetivo de liberdade.

O que se observa, entretanto, é o uso desmedido das penas de prisão como forma de punir os infratores, sem se preocupar com as demais medidas que são capazes de ressocializar um indivíduo sem lhes tirar completamente a liberdade e sem observar ainda, a situação atual do sistema carcerário brasileiro, que vive em meio ao abandono dos presídios, lotação muito acima da devida e um distanciamento cada vez maior do objetivo de prevenção e reabilitação do condenado.

Diante desse cenário, surge a Justiça Restaurativa como uma alternativa a ser utilizada pela política criminal para solucionar aquelas situações onde se tornam possíveis a sua aplicação no lugar das penas restritivas de liberdade, visando também à ressocialização do ofensor, à paz social e à restauração do mal causado aos envolvidos no conflito, quais sejam, vítima, ofensor, familiares e comunidade.

Apesar de ser uma importante alternativa de se fazer justiça visando a resolução de conflitos de forma mais ética e com o objetivo de ressocializar e transformar os infratores, resta saber se a Justiça Restaurativa pode ser aplicada em todas as situações, como, por exemplo, nos casos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), ou seja, nas situações de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Ressalta-se que a Lei Maria da Penha surgiu de um caso concreto de violência doméstica contra mulher e, após uma forte comoção social e pressão internacional, foi sancionada a Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, com a proposta de luta contra a violência doméstica e familiar baseada no gênero, para que fosse dispensada à mulher maior proteção.

Destarte, pretende-se com esse trabalho fazer uma reflexão sobre a aplicação da Justiça Restaurativa nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Para tanto, será dividido em três partes, buscando-se inicialmente um estudo mais aprofundado sobre a Lei Maria da Penha e as mudanças que trouxe para o ordenamento jurídico brasileiro, seguidos de uma abordagem dos aspectos teóricos da Justiça Restaurativa e sua aplicação prática no Brasil, chegando até um ponto crítico que cruza esses dois institutos estudados, qual seja, o Projeto de Lei 4501 de 2012.

No Capítulo I serão tratados aspectos gerais da Lei 11.340/2006, como sua origem, a importância de sua aplicação ante os constantes casos de violência de gênero e as mudanças que trouxe para o Direito Brasileiro. Também serão analisadas as medidas protetivas, que tiveram um grande impacto no Direito Penal e Processual Penal.

Já o Capítulo II aborda a situação do sistema carcerário brasileiro e a importância da aplicação de medidas alternativas à prisão. Nesse momento, é necessário esmiuçar os conceitos de Justiça Restaurativa e sua contraposição à Justiça Retributiva.

No Capítulo III, as experiências práticas decorrentes dos projetos pilotos de Justiça Restaurativa no Brasil serão analisadas, especificamente aquelas desenvolvidas em Porto Alegre/RS, Brasília/DF e São Caetano do Sul/SP. Em seguida, tratar-se-á do Projeto de Lei 4501/2012, que busca a aplicação a Justiça Restaurativa aos casos da Lei Maria da Penha.

Finalmente, serão apresentadas conclusões extraídas a partir desses estudos, esclarecendo que o tema é muito amplo e demanda maiores discussões, portanto, não se pretende com esse trabalho esgotar o assunto ou chegar a resultados definitivos.

## 1 A LEI MARIA DA PENHA

A igualdade entre os sexos é ressaltada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, presente no Título II, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais. Diz o referido artigo:

*“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;”<sup>1</sup>*

Entretanto, a verdade é que sempre houve uma situação de discriminação, ficando a mulher na maioria das vezes em posição de inferioridade em relação ao homem. Por essa razão, é injustificável que uma legislação não trate de maneira diferenciada a violência que ocorre no âmbito familiar. Essa posição, inclusive, contribuiu para que esse tipo de violência acontecesse em uma escala abusiva, como confirmam as estatísticas, agravada pelo fato dessa questão estar sob a responsabilidade dos Juizados Especiais Criminais e sob a incidência dos institutos despenalizadores da Lei nº 9.099/95.

Na mesma linha de pensamento, ressalta Stela Cavalcanti:

*“a restrição conceitual das infrações de menor potencial ofensivo aos crimes em que a pena cominada não exceda a dois anos, deixa de considerar a gravidade objetiva do dano em várias hipóteses típicas, a exemplo da violência psicológica sofrida pela mulher. Exemplificando, a mulher poderia ser espancada, torturada e ficar à beira da morte, mas, se recuperasse a saúde no prazo de 30 dias e não apresentasse sequelas, o delito era considerado de menor potencial ofensivo com pena que variava de seis meses a um ano de reclusão, sujeito ao rito dos Juizados Especiais, pena restritiva de direito ou multa, facilmente convertido em prestação de serviços à comunidade ou pagamento de cestas básicas. O que era incoerente e verdadeiro absurdo. Ademais, as sequelas psicológicas que essas agressões acarretavam às vítimas não eram observadas na aplicação da pena, bem como o fato de as agressões serem, geralmente, habituais.”<sup>2</sup>*

Como a experiência dos Juizados Especiais Criminais resolvendo os

<sup>1</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2014.

<sup>2</sup> GUERRA, Christiane Silva. *A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e suas inovações no âmbito do direito das mulheres vítimas de violência doméstica*. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2090, 22 mar. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12451>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

crimes de violência contra a mulher não estava dando certo, com os casos de agressões aumentando sem uma perspectiva de resolução, não se encontrava outra saída senão a de criar uma legislação que cuidasse especificamente desses casos.

### 1.1 Origem da Lei Maria da Penha

Em 07 de agosto de 2006, foi sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva um dos mais importantes instrumentos na luta contra a violência doméstica e familiar contra a mulher: a Lei 11.340/2006, que entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006 e recebeu o nome de Lei Maria da Penha, homenageando Maria da Penha Maia Fernandes, uma das muitas vítimas que se tornou símbolo da luta contra a violência doméstica.

Maria da Penha, biofarmacêutica, casada e mãe de três filhas, sofreu duas tentativas de homicídio por parte de seu marido, Marco Antônio Heredia Viveiros, com quem convivia há mais de seis anos. A primeira tentativa ocorreu em 29 de maio de 1983, situação na qual Heredia disparou contra ela um tiro pelas costas, deixando-a paraplégica. Alguns dias depois, pouco mais de uma semana, ocorreu a segunda tentativa, quando o agressor tentou eletrocutá-la quando a mesma tomava banho.<sup>3</sup>

As investigações desses fatos tiveram início em junho de 1983, sendo a denúncia oferecida pelo Ministério Público apenas no ano seguinte, em setembro de 1984. Em 1991 o caso foi julgado pelo Tribunal do Júri, que condenou Heredia a oito anos de prisão. Entretanto, o condenado teve o direito de recorrer em liberdade e um ano depois teve seu julgamento anulado. Cinco anos depois foi levado a novo julgamento e foi imposta nova pena, dessa vez, de dez anos e seis meses, recorrendo em liberdade mais uma vez. Em 2002 Marco Antônio Heredia Viveiros foi preso e cumpriu apenas dois anos de sua pena na prisão.<sup>4</sup>

A Justiça Brasileira se manteve inerte mesmo após 15 anos de luta e repercussões até em nível internacional, que cobravam uma decisão ao caso ou

---

<sup>3</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. *Violência Doméstica: Lei Maria da Penha* (Lei 11.340/2006) comentada artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 23.

<sup>4</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 31.



pelo menos uma justificativa para a demora. Com a ajuda de ONGs e com base na Convenção Americana, que permite admissibilidade de petição em caso de atraso injustificado da jurisdição interna, Maria da Penha conseguiu enviar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que, pela primeira vez, acatou uma denúncia de violência doméstica.<sup>5</sup>

Em 2001 o Brasil foi acusado pela OEA por negligência, omissão e intolerância em relação à violência contra a mulher e uma das punições foi a recomendações para criação de legislação adequada para tratar desses casos de violência, além do pagamento de uma indenização no valor de 20 mil dólares para Maria da Penha.<sup>6</sup>

A lei 11.340/06 entrou em vigor em 2006, com os seguintes objetivos: fazer com que a violência contra a mulher deixasse de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo, acabar com as condenações que consistiam apenas no pagamento de cestas básicas ou multas e de englobar, além da violência física e sexual, também a violência psicológica, patrimonial e o assédio moral como crimes. Dessa maneira, a nova lei fez com que o problema da violência saísse do âmbito familiar e passasse a ser um problema também do Estado.

## 1.2 Definição de Violência Doméstica

A primeira consideração importante a ser feita em relação a Lei Maria da Penha é o que essa entende por violência doméstica. O artigo 7º da Lei 11.340 discorre sobre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, definindo-as e especificando-as. Apesar de tratar desses tipos de violência específicos, nada impede que outras a configurem. São elas:

*“Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:*

*I - a **violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;*

---

<sup>5</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 32.

<sup>6</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 33.

*II - a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;*

*III - a **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;*

*IV - a **violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;*

*V - a **violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.”<sup>7</sup>*

A violência física é aquela que faz uso da força, que visa ofender a integridade ou saúde corporal da vítima, podendo ou não deixar marcas aparentes do corpo.<sup>8</sup>

Já a violência psicológica é aquela que atua no campo emocional. “O comportamento típico se dá quando o agente ameaça, rejeita, humilha ou discrimina a vítima, demonstrando prazer quando vê o outro se sentir amedrontado, inferiorizado e diminuído”<sup>9</sup>.

Em seguida, tem-se o inciso III entendendo por violência sexual aquelas condutas do agente que constranja, obrigue a vítima a presenciar, manter ou participar de relação sexual que não deseja. A grande questão desse tipo de

<sup>7</sup> BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 20 ago. de 2014.

<sup>8</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 66.

<sup>9</sup> CUNHA, Rogério Sanchez; PINTO, Ronaldo Batista. *Violência doméstica: Lei Maria da Penha (11.340/06)*. Comentada artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 37.

violência é a sua capacidade de provocar os sentimentos de culpa e vergonha na mulher, que acabam omitindo o evento ocorrido.<sup>10</sup>

Na violência patrimonial, estarão presentes as condutas que configuram “retenção, subtração, destruição parcial de bens, valores e direitos ou recursos económicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades”<sup>11</sup>. Cabe ressaltar que é muito difícil ocorrer esse tipo de violência sem estar acompanhada por outra, que servirá para agredir e coagir a vítima.

Por fim, a violência moral é aquela entendida como qualquer conduta que consista em calúnia, difamação ou injúria da vítima. É normal que venha acompanhada da violência psicológica, que atinge do emocional.<sup>12</sup>

### 1.3 Alterações no Ordenamento Jurídico

A Lei Maria da Penha objetiva mudar a triste realidade brasileira e chamar atenção também no plano internacional sobre a importância de combater a violência contra as mulheres. No Brasil, a ausência de legislação específica e o descaso com o assunto era, como já explicitado, dispensado àquelas que pediam socorro.

Segundo Maria Berenice Dias,

*“o propósito de celeridade pretendido pela Lei dos Juizados Especiais no trato dos chamados crimes de pequeno potencial ofensivo restou completamente frustrado em sede de violência doméstica. A autoridade policial se limitava a lavrar termo circunstanciado e encaminhá-lo ao juízo. Não bastasse o fato de a audiência preliminar ser designada, em média, para depois de três meses, também a vítima acabava sendo pressionada, pelo conciliador, pelo juiz e pelo promotor a aceitar acordos e desistir de representar. Com isso o agressor livrava-se ileso, sem antecedentes, pois restava extinta a punibilidade. De um modo geral, no máximo pegava uma cesta básica. Portanto, era barato bater na mulher, uma vez que nada lhe acontecia. Por isso os números da violência*

<sup>10</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 68.

<sup>11</sup> CUNHA, Rogério Sanchez; PINTO, Ronaldo Batista. *Violência doméstica: Lei Maria da Penha (11.340/06)*. Comentada artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 38.

<sup>12</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 72.

*doméstica chegaram aonde chegaram.”<sup>13</sup>*

Agora, nas situações de violência ou iminência dessas, a polícia deve adotar imediatamente as providências legais cabíveis presentes no artigo 10, segundo o qual:

*“Art. 10. Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.*

*Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.”<sup>14</sup>*

Em relação aos Juizados Especiais Criminais, esses não são mais competentes para julgar os casos de violência contra a mulher, visto que o aumento da pena para três anos fez com que a competência passasse a ser dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (JVDFM), observando o disposto no artigo 14 da Lei 11.340 e lembrando que enquanto não existirem, ser ão substituídos pelas varas criminais. Segundo o referido artigo:

*“Art. 14: Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.”<sup>15</sup>*

O Conselho Nacional de Justiça considera a criação desses Juizados de Violência Doméstica Contra as Mulheres tão importantes, que na Recomendação nº 9 de 2007 se posiciona da seguinte forma:

*“Recomenda aos Tribunais de Justiça a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a adoção de outras medidas, previstas na Lei 11.340, de 09.08.2006, tendentes à*

<sup>13</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 127.

<sup>14</sup> BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2014

<sup>15</sup> BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2014

*implementação das políticas públicas, que visem a garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares.”<sup>16</sup>*

A partir da criação desses Juizados ficou mais seguro para a mulher denunciar seu (ou seus) agressor (es), pois a partir do momento em que comparece à delegacia, a vítima pode requerer a adoção de medidas protetivas de urgência. Antes, era necessário buscar um advogado ou a Defensoria Pública para que alguma atitude fosse tomada. Nos locais que não possuem ou que não estiverem estruturados os JVDPM, as medidas protetivas serão distribuídas para as Varas Criminais ou até mesmo para o âmbito dos Direitos das Famílias.<sup>17</sup> O que a Lei 11.340 veda, em seu artigo 41, é que continue no âmbito dos Juizados Especiais Criminais: “Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.”<sup>18</sup>

Quando há mais de um JVDPM na mesma comarca, o juiz responsável deverá ser aquele que apreciou o procedimento de medida protetiva quando recebeu o inquérito. É o que enuncia o artigo 83 do Código de Processo Penal, *in verbis*:

*“Art. 83: Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa (arts. 70, § 3o, 71, 72, § 2o, e 78, II, c).”<sup>19</sup>*

Outra mudança significativa está relacionada à conciliação, a transação penal e a suspensão condicional do processo. Desde o advento da lei 11.340, deixam de ser possíveis para os crimes a ela relacionados, tendo em vista

<sup>16</sup> Recomendação nº 9 - CNJ. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/322-recomendacoes-do-conselho/12091-recomenda-no-9>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

<sup>17</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 181.

<sup>18</sup> BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2014

<sup>19</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm). Acesso em: 20 ago. 2014.

que a lei vedou terminantemente a utilização da lei 9.099/95 para esses delitos. Dentre os principais motivos a jurista Stela Valéria destaca:

*“O grande número de arquivamentos dos procedimentos demonstrava, por si só, que a conciliação não era realizada ou porque não estavam envolvidos danos patrimoniais ou porque o agressor não tinha condições econômicas de ressarcir o prejuízo. Na verdade, a conciliação que ocorria não era para o ressarcimento dos danos, mas para o arquivamento dos autos. Esse arquivamento (ou desistência da vítima) em geral, era induzido pelo magistrado ou conciliador, através da insistência feita à vítima de aceitar o compromisso (verbal e não expresso) do agressor de não mais cometer o ato violento, renunciando ao direito de representar. Em 90% dos casos, os processos eram arquivados.”<sup>20</sup>*

É muito claro que qualquer induzimento à renúncia do direito de representação fere o direito da vítima de ver seu caso ter um desfecho justo. Esse espírito conciliatório da lei é, por vezes, uma forma de renúncia das vítimas.

Dando prosseguimento à explicação, a jurista comenta sobre a impossibilidade da transação penal e sursis processual aos crimes de violência doméstica:

*“A transação penal, medida de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade sem os danos advindos da culpabilidade, proposta pelo Ministério Público, também era um instituto que excluía a vítima, bem como a suspensão condicional do processo, pois consideravam unicamente os interesses do autor do fato. A mulher não podia opinar sobre o tipo de pena a ser aplicada ao agressor ou sobre a conveniência da medida. Como se percebe, a aplicação da pena de multa ou de prestação de serviços à comunidade não surtia o efeito desejado nos casos de violência doméstica. Em geral, como ressalta a jurista, as vítimas saíam frustradas da audiência porque não lhes era dada a oportunidade de opinar e, porque a pena imposta não era compatível com a gravidade do delito que chegava ao Judiciário.”<sup>21</sup>*

Ao entrar em vigor, a Lei Maria Da Penha trouxe consigo a dúvida em relação à ação penal, se essa continua sendo condicionada à representação ou volta a ser pública incondicionada. Esses questionamentos se justificam pelo que está enunciado no artigo 16 da referida Lei:

*“Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação*

<sup>20</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. *Violência doméstica: análise artigo por artigo da Lei Maria da Penha*, nº 11.340/06. Bahia: Jus Podivm. 2008, p. 172.

<sup>21</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. *Violência doméstica: análise artigo por artigo da Lei Maria da Penha*, nº 11.340/06. Bahia: Jus Podivm. 2008, p. 172

*da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a **renúncia à representação** perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.”<sup>22</sup> (grifo nosso)*

Ao falar de renúncia à representação, qual foi o sentido buscado pelo legislador: renúncia, retratação ou desistência? A professora Maria Berenice Dias nos dá uma breve explicação acerca do conceito de tais expressões:

*“Desistência é gênero que compreende a renúncia e a retratação. Desistir é tanto se quedar inerte, deixar escoar a possibilidade de manifestar a vontade como tem o sentido de renunciar, abrir mão da manifestação já levada a feito, voltar atrás do que foi dito. Na esfera penal, renúncia significa não exercer o direito, abdicar do direito de representar. trata-se de ato unilateral que ocorre antes do oferecimento da representação. Já a retratação é ato posterior, é desistir da representação já manifestada. Retratação é o ato pelo qual alguém retira a sua concordância para a realização de determinado ato, que dependia de sua autorização.”<sup>23</sup>*

Dessa maneira, não há como se falar em renúncia, retratação ou desistência quando a ação penal for pública incondicionada, apenas quando for condicionada à representação. O Código Penal Brasileiro e o Código de Processo Penal trazem, respectivamente em seus artigos 102 e 125<sup>24</sup>, que não é possível a retratação após o oferecimento da denúncia.

Diferente disso, como já dito, a Lei 11.340, em seu artigo 16, admite a retratação. Então, a representação será levada à efeito perante a autoridade policial, no momento do registro da ocorrência, podendo haver a retração até o recebimento da denúncia, desde que cumpra os requisitos legais, quais sejam: representação em audiência, perante o juiz e presente o Ministério Público. A verdade é que a representação se procede dessa forma para tentar evitar que a vítima seja pressionada a retirar a queixa contra o agressor, da forma como ocorria

<sup>22</sup> BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2014

<sup>23</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 111.

<sup>24</sup> “Art. 102 do CP e 125 do CPP - A representação será irretratável depois de oferecida a denúncia.”

antes da nova lei entrar em vigor.<sup>25</sup>

A tabela abaixo resume as mudanças que ocorreram desde a entrada em vigor da nova lei:

Tabela 1 – Antes e depois da Lei Maria da Penha:

<b>ANTES DA LEI</b>	<b>DEPOIS DA LEI</b>
Não havia lei específica sobre violência contra a mulher	A nova lei tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher
Não estabelecia as formas de violência	Estabelece as formas física, psicológica, sexual, patrimonial e moral
Não tratava das relações de pessoas do mesmo sexo	A violência contra a mulher independe de orientação sexual
Aplicava-se a lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95) para esses casos de violência	Retira dos JEC a competência para julgar os crimes de violência doméstica. Deixam de ser de “menor potencial ofensivo)”
As penas eram pecuniárias, como cestas básicas e multa	Acabam as penas pecuniárias como forma de punição dos agressores
A mulher vítima de violência doméstica, em geral, comparecia às audiências desacompanhada de advogado ou defensor.	A mulher deverá vir acompanhada de advogado ou defensor público em todos os atos processuais
A violência doméstica contra a mulher não era considerada um agravante de pena	O Art. 61 do CP foi alterado para considerar esse tipo de agressão como agravante de pena
Não previa a prisão preventiva para os crimes de violência doméstica	Altera o CPP para possibilitar a prisão preventiva, decretada pelo juiz, em risco da integridade física ou psicológica da mulher
Não utilizava a prisão em flagrante do	Possibilita a prisão do agressor em

<sup>25</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 100.



agressor	flagrante
A mulher vítima de violência geralmente não era informada quanto ao andamento dos atos processuais	A vítima de violência é notificada dos atos processuais, especialmente quanto ao ingresso e saída da prisão do agressor
A mulher entregava a intimação para o agressor comparecer em audiência	É vedada a entrega da intimação pela mulher ao agressor
A mulher desistia da denúncia na delegacia	A mulher somente poderá renunciar perante o Juiz
A autoridade policial efetuava um resumo dos fatos através do TCO	Prevendo maior atuação do Ministério Público e das Defensorias Públicas e um capítulo específico para o atendimento pela autoridade policial nesses casos
Não previa o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação	A Lei de Execuções Penais foi alterada para que o juiz determine a presença obrigatória do agressor em programas
A violência doméstica contra a mulher deficiente não aumentava a pena	Violência contra a mulher portadora de deficiência, a pena é aumentada em 1/3
A pena para crime de violência doméstica era de seis meses a um ano	O tempo de prisão triplicou: três meses a três anos

Fonte: Observatório Lei Maria da Penha

A partir dessas mudanças, nota-se que não há outro objetivo senão o de criar mecanismos para prevenir e impedir a prática da violência doméstica e familiar contra a mulher, em busca de “resgatar a cidadania feminina”<sup>26</sup>.

#### 1.4 Medidas Protetivas de Urgência

Ao lado da criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar

<sup>26</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 7.

contra a Mulher, outra grande inovação na lei foram as chamadas medidas protetivas de urgência (artigos 18 a 24). Elas buscam a proteção pessoal e patrimonial da vítima, além da proteção de seus filhos, e podem ser requeridas diretamente pela vítima perante a autoridade. Segundo Maria Berenice Dias, “isso está a cargo tanto da polícia como do juiz e do próprio Ministério Público. Todos precisam agir de modo imediato e eficiente”<sup>27</sup>, lembrando que o juiz precisa ser provocado, enquanto os demais devem agir assim que tomarem conhecimento do episódio que se tratar de violência doméstica.

Acerca do assunto, destaca-se:

*“As medidas deferidas, em sede de cognição sumária, não dispõem de caráter temporário, ou seja, não é imposto à vítima o dever de ingressar com a ação principal no prazo de 30 dias. Todas têm caráter satisfativo, não se aplicando à limitação temporal imposta na lei civil. Subtrair a eficácia da medida depois do decurso de determinado prazo, conforme é sustentado em sede doutrinária, pode gerar situações para lá de perigosas. [...] Limitação temporal só existe se imposta expressamente pelo juiz.”*<sup>28</sup>

Para que sejam concedidas tais medidas, devem estar presentes o “*fumus bonis juris*”, ou aparência do bom direito, e o “*periculum in mora*”, ou perigo da demora.

Esse pedido de proteção pode ser rejeitado. Entretanto, Maria Berenice Dias ensina:

*“O indeferimento da medida protetiva pleiteada pela vítima por meio da medida protetiva de urgência enviado a juízo por meio da autoridade policial, não impede que a vítima promova ação no âmbito da jurisdição civil com o mesmo propósito, ou seja, não se fala em coisa julgada. Rejeitado o pedido de medida protetiva no âmbito do Juizado de Violência Doméstica, pode a vítima intentar uma ação cautelar para que garanta o que foi requerido, como uma separação de corpos, por exemplo.”*<sup>29</sup>

As medidas de urgência se subdividem entre as que obrigam o

<sup>27</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p.80.

<sup>28</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 81.

<sup>29</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 84.

agressor, as que protegem a vítima em caráter pessoal, patrimonial e nas relações de trabalho.

As medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor estão elencadas no artigo 22 da Lei:

*“Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:*

*I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;*

*II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;*

*III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:*

*a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;*

*b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;*

*c) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;*

*IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;*

*V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.*

*§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.*

*§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.*

*§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.*

*§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).”<sup>30</sup>*

Observa-se que o primeiro passo, como enuncia o inciso I, é retirar das mãos do agressor a arma de fogo, preservando assim a integridade da mulher.

<sup>30</sup> BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm)>. Acesso em: 01 set. 2014

Segundo o artigo 3º do Estatuto do Desarmamento, “é obrigatório o registro de arma de fogo no órgão competente”<sup>31</sup>, então, se a posse de armas for legal, a vítima deverá solicitar o desarmamento e se for irregular, a autoridade policial poderá tomar providências em caso de ter ocorrido a prática de um dos delitos previstos em lei.

Dessas medidas, aquela presente no inciso II é considerada como uma das que possui maior importância: o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida. Alice Biachini faz a seguinte observação:

*“o afastamento do agressor do lar visa preservar a saúde física e psicológica da mulher, diminuindo o risco iminente de agressão (física e psicológica), já que o agressor não mais estará dentro da própria casa em que reside a vítima. O patrimônio da ofendida também é preservado, uma vez que os objetos do lar não poderão ser subtraídos ou destruídos (...) o risco de que a violência seja potencializada após a denúncia diminui quando se providencia para que o agressor deixe a residência em comum ou fique sem acesso franqueado a ela. Por sobre isso, evita o contato imediato após a violência, propiciando menor humilhação e maior tranquilidade ao lar, o que repercute inclusive, em relação aos filhos e demais familiares.”*<sup>32</sup>

Entretanto, é necessário ter cautela para verificar se realmente há risco concreto ou crime praticado, já que a medida é considerada violenta por afastar o pai dos filhos ou daqueles que moram na mesma casa.

Outro ponto importante e que representa grande avanço é o que está presente no inciso V, que trata dos alimentos. Isso ocorre pelo seguinte fato:

*“A possibilidade de medida protetiva em relação a prestação de alimentos é outra inovação da Lei 11340/06. Dessa forma, o juiz da Vara Criminal ou do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher fica autorizado a fixar alimentos provisionais ou provisórios. Tal inovação foi de suma importância para a efetividade da Lei Maria da Penha, já que diminui o receio das mulheres em denunciarem o agressor com medo de passar dificuldades financeiras, sendo que é o agressor que sustenta a casa.”*<sup>33</sup>

As medidas que protegem a ofendida encontram-se no artigo 23 da Lei:

*“Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:*

<sup>31</sup> BRASIL. Lei n. 10.826 de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.826compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826compilado.htm)>. Acesso em: 01 set. 2014.

<sup>32</sup> BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha - Lei n. 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 166/167

<sup>33</sup> PORTO, Pedro Rui da Fontoura. *Violência Doméstica e Familiar contra a mulher: Lei 11.340/06 – Análise crítica e sistêmica*. Livraria do advogado, Porto Alegre, 2007, p. 99.

- I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;*
- II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;*
- III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;*
- IV - determinar a separação de corpos.”<sup>34</sup>*

No caso do inciso I, esse encaminhamento da ofendida e seus dependentes pode ser determinado pelo juiz, pela autoridade policial ou pelo Ministério Público. As demais podem ser requeridas pela vítima através de medida cautelar, conforme preceitua o artigo 888, IV do Código de Processo Civil, segundo o qual, “O juiz poderá ordenar ou autorizar, na pendência da ação principal ou antes de sua propositura: o afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal.”<sup>35</sup> A vítima vai se dirigir a um Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher ou a um Juizado Cível, na ausência do primeiro. É possível, ainda, que os pedidos sejam formulados no momento do registro da ocorrência e a autoridade policial que terá a responsabilidade de enviar a pretensão a juízo.

Por fim, as medidas que objetivam a proteção patrimonial. De acordo com o artigo 24, são elas:

- “Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:*
- I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;*
  - II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;*
  - III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;*
  - IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.*
- Parágrafo único. Deverá o juiz oficial ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.”<sup>36</sup>*

<sup>34</sup> BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2014

<sup>35</sup> BRASIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869compilada.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2014.

<sup>36</sup> BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 02 set. 2014.

A Lei 12.403/2011, responsável pela reforma do Código de Processo Penal, introduziu medidas cautelares específicas e outras já existentes, como no caso daquelas elencadas na Lei Maria da Penha. O objetivo principal é a redução dos casos de prisão preventiva, que deveriam ser substituídas por essas cautelares “em casos em que a restrição antecipada da liberdade não se mostre adequada nem necessária.”<sup>37</sup> O artigo 319 traz um rol de medidas cautelares diversas da prisão, mas destaca-se aquela prevista no inciso III, “por caracterizar um aprimoramento do que a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) implementou.”<sup>38</sup>

Conclui-se, portanto, que as medidas cautelares trazidas pela Lei Maria da Penha foram importantes não só no seu âmbito de aplicação, mas em todo o ordenamento jurídico brasileiro.

### **1.5 Constitucionalidade da Lei Maria da Penha e a ADI nº 4424**

Uma importante discussão sobre a natureza da ação no crime de lesão corporal leve dividia opiniões. Por essa razão, surgiram duas correntes doutrinárias.

A primeira corrente defendia a aplicação literal do artigo 41 da Lei nº 11.340/06, considerando que a lei de violência doméstica é de ordem pública e versa sobre os direitos indisponíveis, concluindo, portanto, que os crimes de violência doméstica de lesões corporais leves e culposas seriam de ação pública incondicionada, ou seja, desnecessária a representação da ofendida.<sup>39</sup>

Já a segunda corrente considera que tais crimes seriam de ação pública condicionada, necessária a representação da vítima, assim como nos demais crimes de ação pública condicionada à representação e de ação penal

<sup>37</sup> MAGALHÃES, Lúcia Regina Esteves. Série Aperfeiçoamento de Magistrados 4: Curso “O Novo Regime Jurídico das Medidas Cautelares no Processo Penal”. EMERJ. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeiçoamentodemagistrados/paginas/series/4/medidas\\_cautelares\\_227.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeiçoamentodemagistrados/paginas/series/4/medidas_cautelares_227.pdf)> Acesso em: 02 set. 2014.

<sup>38</sup> MAGALHÃES, Lúcia Regina Esteves. Série Aperfeiçoamento de Magistrados 4: Curso “O Novo Regime Jurídico das Medidas Cautelares no Processo Penal”. EMERJ. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeiçoamentodemagistrados/paginas/series/4/medidas\\_cautelares\\_227.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeiçoamentodemagistrados/paginas/series/4/medidas_cautelares_227.pdf)> Acesso em: 02 set. 2014.

<sup>39</sup> RIGHETTO, Luiz Eduardo Cleto; ANDRADE, Domingos Lessandro Cardoso de. *Aplicação na prática da Lei Maria da Penha, frente à decisão do STF na ADIN 4424*. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3414, 5 nov. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22946>>. Acesso em: 7 set. 2014.

privada, que dependem da manifestação da vontade da vítima.<sup>40</sup> Tal divergência doutrinária e jurisprudência só foi resolvida com o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4424<sup>41</sup>.

No dia 9 de fevereiro de 2012 foram julgadas pelo Supremo Tribunal Federal Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 19 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4424, ambas relacionadas à legalidade de alguns dispositivos da Lei Maria da Penha.

A ADC 19, ajuizada pela Presidência da República, pedia a confirmação da legalidade dos artigos 1º, 33 e 41 da referida Lei, *in verbis*:

**“Art. 1º** Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.”

**Art. 33.** Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.

*Parágrafo único.* Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no caput.

**Art. 41.** Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.”<sup>42</sup>

Os Ministros concluíram, por unanimidade e acompanhando o voto do relator, que tais artigos são de fato constitucionais.

<sup>40</sup> RIGHETTO, Luiz Eduardo Cleto; ANDRADE, Domingos Lessandro Cardoso de. *Aplicação na prática da Lei Maria da Penha, frente à decisão do STF na ADIN 4424*. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3414, 5 nov. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22946>>. Acesso em: 7 set. 2014.

<sup>41</sup> BRASIL, Supremo Tribunal Federal. ADI 4.424. Relator: Ministro Marco Aurélio, julgado em 09/02/2012, pendente de revisão.

<sup>42</sup> BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 06 set. 2014.

Já a ADI nº 4424 foi ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) questionando a constitucionalidade dos artigos 12, inciso I, 16 e 41, são eles (o artigo 41 foi citado acima):

**“Art. 12.** *Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:*

*I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;*

**Art. 16.** *Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.”*<sup>43</sup>

Vencido o voto do então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Antônio Cezar Peluso, a ação foi julgada procedente por maioria dos votos. Decidiu-se então que não se aplicará a Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/1995) aos crimes da Lei Maria da Penha e que nos crimes de lesão corporal, ainda que reconhecidos como de caráter leve, será crime de ação penal pública incondicionada quando praticados contra a mulher no ambiente doméstico. A decisão passou a produzir seus efeitos antes mesmo da publicação do acórdão.<sup>44</sup>

Cabe ressaltar o entendimento do Ministro Relator Marco Aurélio Mello, que defendeu estar a decisão de acordo com os princípios constitucionais e com as Convenções Internacionais sobre o tema, como a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994).<sup>45</sup>

Em que pese o artigo 16 da lei dispor que as ações penais públicas são condicionadas à representação da ofendida, a maioria dos ministros fizeram uma interpretação de acordo com o objetivo maior da lei, que é o da proteção

<sup>43</sup> BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 06 set. 2014.

<sup>44</sup> BRASIL, Supremo Tribunal Federal. ADI 4.424. Relator: Ministro Marco Aurélio, julgado em 09/02/2012, pendente de revisão.

<sup>45</sup> BRASIL, Supremo Tribunal Federal. ADI 4.424. Relator: Ministro Marco Aurélio, julgado em 09/02/2012, pendente de revisão.



constitucional assegurada às mulheres.<sup>46</sup>

Fato importante é que:

*“com base nesse entendimento, o ministro do STF Luís Roberto Barroso deferiu liminar em Reclamação (RCL 16031) para manter o curso de ação penal contra um morador de Osasco (SP), acusado de agredir a ex-companheira em ambiente doméstico. A reclamação foi ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) contra decisão do juiz da 4ª Vara Criminal da Comarca de Osasco que extinguiu a punibilidade do agressor, depois que a vítima renunciou à representação por lesão corporal. Na avaliação do magistrado, a desnecessidade de representação para o Ministério Público atuar no caso só seria válida após a publicação da decisão do STF. A decisão do Supremo permitiu ao Ministério Público dar início a ação penal sem necessidade de representação da vítima, ampliando o alcance da Lei Maria da Penha.”<sup>47</sup>*

Por fim, a partir do julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 19 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4424 do Supremo Tribunal Federal, é possível destacar alguns aspectos relacionados à maneira como a Lei Maria da Penha passou a ser aplicada. Primeiro, colocou-se fim à divergência dos juízes e tribunais em relação à ação penal nos crimes de lesão corporal leve, estabelecendo que essa será incondicionada, não sendo necessária a representação da mulher. Segundo, afirmou na ADC nº 19 a constitucionalidade do artigo 33 da referida Lei, permitindo a que as varas criminais possam processar e julgar causas cíveis e criminais que forem relacionadas à prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, enquanto não estiverem estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM).<sup>48</sup> Por fim, entendeu ser constitucional o afastamento da competência dos Juizados Especiais Criminais nos crimes tratados pela Lei 11.340, que também teve como consequência a impossibilidade de aplicar ao acusado a suspensão condicional do processo, da transação penal e à composição civil dos danos, quando houver violência doméstica e familiar contra a mulher.

<sup>46</sup> BRASIL. Notícias STF. *Ministro aplica decisão da ADI 4424 e mantém ação penal contra acusado de agressão doméstica.* Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=247715>>. Acesso em: 06 set. 2014.

<sup>47</sup> BRASIL. Notícias STF. *Ministro aplica decisão da ADI 4424 e mantém ação penal contra acusado de agressão doméstica.* Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=247715>>. Acesso em: 06 set. 2014.

<sup>48</sup> Compromisso e Atitude. *Decisões STF ADC 19 e ADI 4424 que trata da constitucionalidade da Lei Maria da Penha e dispensa da representação da vítima.* Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/decisao-stf-adc-19-e-adi-4424-09022012/?print=1>> Acesso em: 06 set. 2014.

Diante dos estudos acerca dessa Lei, não há que se contestar a poderoso avanço feito em busca de adequar o país a atender as vítimas do complexo do fenômeno da violência doméstica, representando um marco indelével na história de proteção legal conferida às mulheres.

A partir dessas inovações e da análise feita nessa lei, percebe-se que a Lei Maria da Penha é uma lei que possui não só o cunho repressivo como também educativo, pois se preocupa em disponibilizar medidas de proteção, assistência às vítimas, diretrizes de atuação dos órgãos da polícia judiciária e propostas de implementação de políticas públicas, com a finalidade de promover ampla proteção aos direitos da vítima, chamando também a atenção do Estado.

## 2 DIREITO PENAL E A PAZ SOCIAL

O Direito Penal surge com o objetivo de auxiliar na proteção da convivência humana em comunidade, se tornando, portanto, um importante instrumento na luta pela paz social. Segundo Luiz Régis Prado,

*"o pensamento jurídico moderno reconhece que o escopo imediato e primordial do Direito Penal radica na proteção de bens jurídicos – essenciais ao indivíduo e à comunidade"<sup>49</sup>.*

Nesse sentido, entende-se que a pena imposta pelo Direito Penal é uma consequência, uma punição pelo descumprimento de normas e que tem por objetivo reprimir ações que possam interferir na proteção da vida em comunidade, no âmbito da ordem social e na manutenção da paz jurídica.

Em poucas linhas, conclui-se:

*"O injusto típico surge quando falha o Direito Penal em sua função de prevenir infrações jurídicas no futuro - função de prevenção – e advém uma conduta humana voluntária, finalisticamente dirigida, que lesiona ou expõe a perigo esses bens e valores reconhecidos e protegidos pelo ordenamento, gerando um juízo de desvalor da ação e também de desvalor do resultado. Esse juízo de desvalor, em última análise, exterioriza-se mediante a aplicação de uma pena (ou medida de segurança) e corporifica a função repressiva do Direito Penal"<sup>50</sup>*

Como consequência do Estado ter o poder-dever de punir aqueles que cometem ilícitos penais, já que esses atos violam diretamente o ordenamento jurídico e a paz social, tornou-se comum o uso de medidas consideradas severas, como as penas privativas de liberdade, que têm por objetivo punir o infrator, evitar que esse cometa novo crime e utilizar essa oportunidade para ressocializá-lo.

Infelizmente, a realidade brasileira mostra que nenhum desses objetivos é atingido. Os presídios não possuem recursos para abrigar todas as pessoas que neles estão presentes, um trabalho correto de ressocialização não é feito e o índice de criminalidade só aumenta. Por essa razão, muitas vezes o indivíduo sai da prisão não só cometendo crimes, mas com condutas muito piores e mais violentas, tornado o sistema de justiça penal brasileiro vigente um modelo de

<sup>49</sup> Instituto Jurídico Roberto Parentoni - IDECRIM. Direito Penal. Disponível em: <<http://www.idecrim.com.br/index.php/direito/13-direito-penal>>. Acesso em: 14 set. 2014.

<sup>50</sup> LOPES JUNIOR, Aury Celso Lima. *O fundamento da existência do processo penal: instrumentalidade garantista*. Jus Navigandi, Teresina, ano 3, n. 27, 23 dez. 1998. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/1060>>. Acesso em: 14 set. 2014.

dessocialização.

Corroborando esse entendimento, a Professora Ela Wiecko explica:

*“é preciso reconhecer os efeitos nocivos da pena de prisão e a necessidade de se identificar mecanismos diversos da privação da liberdade como resposta às condutas criminalizadas, por outro não se pode abandonar a perspectiva de que o Direito Penal deve ser utilizado como ultima ratio, já que a intervenção penal, num Estado Democrático de Direito, deve ser limitada, qualquer que seja a modalidade da sanção aplicada”<sup>51</sup>*

Um dos propósitos do Direito Penal e do Direito Processual Penal é aplicar a justiça garantindo uma coexistência pacífica entre os membros da sociedade. Entretanto, é mais uma pretensão que não se reflete na realidade, visto que:

*“é dentro desse sistema de justiça que observamos as maiores atrocidades e insurgências contra os princípios fundamentais constitucionais, notadamente a liberdade e a dignidade da pessoa humana, atuando a pena de prisão como fator criminógeno. O castigo e a violência punitiva como respostas à criminalidade apenas intensificam a própria violência que vitima os cidadãos. Ademais, é curial ressaltar que o modelo tradicional de justiça penal é eticamente inaceitável, uma vez que se pune o mal com outro mal. Assim, o Estado veda que seus cidadãos façam justiça com as próprias mãos, freando a vingança privada, mas aplica uma punição irracional e violenta em desprol dos violadores do Estatuto Repressivo.”<sup>52</sup>*

Com essas dificuldades apresentadas pelo Código Penal e pelo Código de Processo Penal Brasileiro, surgiu a necessidade de reformar principalmente as leis processuais, que já se apresentavam arcaicas e formalistas para serem aplicadas na realidade vivida. Dessa forma, institutos foram criados para cuidar do julgamento de ilícitos menores e descongestionar a Justiça Comum, que teria mais disponibilidade para tratar daqueles delitos que possuísem maior gravidade. Dentro desses institutos criados, destaca-se a justiça restaurativa e a suspensão condicional do processo.

<sup>51</sup> CASTILHO, Ela Wiecko V. de. *Roubo e Furto no Distrito Federal: Avaliação da Efetividade das Sanções Não-Privativas de Liberdade*. Brasília, 2009.

<sup>52</sup> BRANDÃO, Delano Cândia. *Justiça Restaurativa no Brasil: Conceito, críticas e vantagens de um modelo alternativo de resolução de conflitos*. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7946](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7946). Acesso em: 14 set. 2014.

## 2.1 Justiça Restaurativa

Apesar de ainda não possuir um conceito concreto, em poucas palavras Renato Sócrates sintetiza a noção do que seja a Justiça Restaurativa:

*“A Justiça Restaurativa baseia-se num procedimento de consenso, em que a vítima e o infrator, e, quando apropriado, outras pessoas ou membros da comunidade afetados pelo crime, como sujeitos centrais, participam coletivamente e ativamente na construção de soluções para a cura das feridas, dos traumas e perdas causados pelo crime.”<sup>53</sup>*

Outrossim, mister se faz destacar que o processo descrito acima é exclusivamente voluntário, lembrando que “os acordos devem ser razoáveis e as obrigações propostas devem atender ao princípio da proporcionalidade e a aceitação não deve, em nenhuma hipótese, ser usada como indício ou prova no processo penal.”<sup>54</sup>. Ademais, é conhecido também por ser um procedimento mais informal e sem o excessivo peso do judiciário.

Observando suas características, nota-se que são aplicáveis à Justiça Restaurativa os seguintes princípios: Princípio da Voluntariedade; Princípio da Consensualidade; Princípio da Confidencialidade; Princípio da Celeridade; Princípio da Urbanidade; Princípio da Adaptabilidade; e Princípio da Imparcialidade.<sup>55</sup>

A partir do modelo da Justiça Restaurativa, busca-se uma espécie de transformação do Direito Penal, visando a pacificação social e a proteção da dignidade da pessoa humana. A ideia desse modelo não é o de aplicação de penas restritivas de liberdade por não acreditar que essa seja uma maneira de recuperar os infratores e promover uma ressocialização. Pelo contrário, busca atingir esses objetivos através de reconciliação e reparação entre autor do crime, vítima e

---

<sup>53</sup> SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R. *Justiça Restaurativa: Coletânea de Artigos*. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005, p. 20.

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> PINTO, Renato Sócrates Gomes. A construção da Justiça Restaurativa no Brasil: O impacto no sistema de Justiça criminal. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1432, 3 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9878>>. Acesso em: 20 set. 2014.

sociedade.<sup>56</sup>

Como já dito, o que foi idealizado para ser a política criminal no Brasil não traduz a realidade vivida no país, então esse modelo de restauração seria uma forma de evitar a criminalidade, violência e impunidade. A Justiça Restaurativa incentiva o diálogo com o fim de obter um acordo para o ressarcimento do mal sofrido, de forma que a Justiça atuará para atribuir as responsabilidades pelo delito, sempre visando a redução dos impactos do crime sobre as pessoas. Seria até mesmo uma forma de transformar os indivíduos, a comunidade e o governo.<sup>57</sup>

Nesse processo, todos os envolvidos terão seus papéis definidos, senão vejamos:

*“A Justiça Restaurativa prioriza as necessidades da vítima desde o início do processo. A responsabilidade pelo ato lesivo e a obrigação de corrigir a situação devem ser assumidas pelo ofensor, que por esse procedimento deixa de ser um criminoso estigmatizado para se tornar um protagonista. A comunidade também tem seu papel nesse processo inovador, que não visa a punição como fim em si mesmo, mas, sim, a reparação dos danos, o reconhecimento do mal, a restauração de relacionamentos, a reorganização dos envolvidos e o fortalecimento da comunidade (...) essa flexibilização deve ser pautada em uma organização responsável para que não haja prejuízo à qualidade e aos parâmetros de restauração. Para isso, deve haver fidelidade aos princípios, de modo que a aplicação das práticas restaurativas devem ser realizadas por um coordenador capaz de fazer a devida preparação, condução e o posterior acompanhamento dos resultados do encontro, garantindo-se um ambiente seguro e protegido aos participantes”<sup>58</sup>*

Tão logo é possível perceber que não há aqui a substituição das partes envolvidas por autoridades do Estado, podendo cada um dos citados expressar seus pensamentos e sentimentos de maneira livre, é uma forma de ouvir e ser ouvido, contrapondo-se ao Processo Penal, que tem mínima participação das partes.

É considerável destacar que o uso da Justiça Restaurativa como método de solução de conflitos é uma determinação expressa da ONU e União

<sup>56</sup> PINTO, Renato Sócrates Gomes. *A construção da Justiça Restaurativa no Brasil. O impacto no sistema de Justiça criminal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1432, 3 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9878>>. Acesso em: 20 set. 2014.

<sup>57</sup> PINTO, Renato Sócrates Gomes. *A construção da Justiça Restaurativa no Brasil. O impacto no sistema de Justiça criminal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1432, 3 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9878>>. Acesso em: 20 set. 2014.

<sup>58</sup> PINTO, Renato Sócrates Gomes. *A construção da Justiça Restaurativa no Brasil. O impacto no sistema de Justiça criminal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1432, 3 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9878>>. Acesso em: 20 set. 2014.

Europeia para que a mesma seja aplicada em todos os países, não se esquecendo da Resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, de 2002, que traz os princípios básicos sobre Justiça Restaurativa.<sup>59</sup>

Alguns países como Nova Zelândia e Colômbia já introduziram esse método em suas legislações e a tendência é que cada vez mais aumente o número de países que seguiram o mesmo exemplo.

Os conceitos enunciados nos Princípios Básicos sobre Justiça Restaurativa, presentes na Resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas de 2002 são:

- “1. Programa de Justiça Restaurativa significa qualquer programa que use processos restaurativos e objetive atingir resultados restaurativos*
- 2. Processo restaurativo significa qualquer processo no qual a vítima e o ofensor, e, quando apropriado, quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime, participam ativamente na resolução das questões oriundas do crime, geralmente com a ajuda de um facilitador. Os processos restaurativos podem incluir a mediação, a conciliação, a reunião familiar ou comunitária (conferencing) e círculos decisórios (sentencing circles).*
- 3. Resultado restaurativo significa um acordo construído no processo restaurativo. Resultados restaurativos incluem respostas e programas tais como reparação, restituição e serviço comunitário, objetivando atender as necessidades individuais e coletivas e responsabilidades das partes, bem assim promover a reintegração da vítima e do ofensor.*
- 4. Partes significa a vítima, o ofensor e quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime que podem estar envolvidos em um processo restaurativo.*
- 5. Facilitador significa uma pessoa cuja papel é facilitar, de maneira justa e imparcial, a participação das pessoas afetadas e envolvidas num processo restaurativo.”<sup>60</sup>*

Na mediação um terceiro neutro, profissional ou voluntário, conduz as partes envolvidas no conflito para um diálogo sobre o mesmo, compartilhando informações sobre como o conflito os afetou, com o objetivo de alcançar a solução ideal consistente num acordo restaurativo, onde ambas saiam satisfeitas e o pacto de

<sup>59</sup> ALMEIDA, Tania. *Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos*. Rio de Janeiro. Mediare. Disponível em: <[http://www.mediare.com.br/08artigos\\_06justica\\_restaurativa.html](http://www.mediare.com.br/08artigos_06justica_restaurativa.html)>. Acesso em: 20 set. 2014.

<sup>60</sup> PINTO, Renato Sócrates Gomes. Tradução livre da Resolução 2002/12 da ONU – Princípios Básicos Para Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal. Disponível em: <<http://justica21.org.br/j21.php?id=366&pg=0#.VA8o2Tn-t-w>>. Acesso em: 20 set. 2014.

cidadania, abalado com o cometimento da infração, seja restabelecido. A reparação dos danos pode se dar de forma material, como uma indenização, ou simbólica, como um pedido de desculpas. Vê-se que o mediador é apenas um facilitador desse plano restaurativo e as partes envolvidas tomam as rédeas de todo o processo de restauração, através do diálogo livre e mediado apto a transformar o comportamento dos conflitantes e da sociedade em geral.<sup>61</sup>

Já a Conciliação é uma das aplicações mais primitivas da chamada Justiça Consensual. Nos Juizados Criminais Brasileiros, é um dos modelos mais utilizados. Ela é dirigida pelo conciliador e visa, sobretudo, à reparação dos danos em favor da vítima e dessa maneira, acaba agindo com menor neutralidade. “Busca-se pela conciliação (que é um gênero) tanto a reparação ou composição civil como a transação penal (que são suas espécies).”<sup>62</sup> Essa forma de resolução de conflitos só é apropriada para as infrações penais de menor potencial ofensivo, quais sejam, aquelas infrações punidas com pena máxima não superior a dois anos, segundo as Leis 9.099/1995 e 11.313/2006. Entretanto, alguns questionam sua eficiência na resolução de conflitos, pois sua superficialidade e objetividade podem não assumir o viés restaurativo da maneira como deveria.<sup>63</sup>

A denominada Reunião Familiar (ou Conferências Familiares) são os processos utilizados quando se deseja dar foco ao suporte que familiares, amigos e outros membros da comunidade podem oferecer ao ofensor, tanto no cumprimento de condutas acordadas com a vítima e com a comunidade, como na mudança de seu comportamento. Representantes do Estado podem estar presentes nesse processo de diálogo facilitado por um terceiro imparcial que deverá conduzi-lo de maneira a balancear o atendimento das necessidades de ambas as partes.<sup>64</sup>

Por fim, os Círculos Decisórios (ou Reuniões Coletivas), são

<sup>61</sup> ALMEIDA, Tania. *Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos*. Rio de Janeiro. Mediare. Disponível em: <[http://www.mediare.com.br/08artigos\\_06justica\\_restaurativa.html](http://www.mediare.com.br/08artigos_06justica_restaurativa.html)>. Acesso em: 20 set. 2014.

<sup>62</sup> GOMES, Luiz Flávio. *Justiça penal restaurativa: conciliação, mediação e negociação*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1451, 22 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10051>>. Acesso em: 20 set. 2014.

<sup>63</sup> GOMES, Luiz Flávio. *Justiça penal restaurativa: conciliação, mediação e negociação*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1451, 22 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10051>>. Acesso em: 20 set. 2014.

<sup>64</sup> GOMES, Luiz Flávio. *Justiça penal restaurativa: conciliação, mediação e negociação*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1451, 22 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10051>>. Acesso em: 20 set. 2014.



semelhantes à Reunião Familiar, mas ainda mais amplo. Vejamos:

*“Inspirados em comunidades indígenas, esses círculos de conversa e de construção de consenso envolvem um número maior de pessoas – vítimas, ofensores, seus familiares, a comunidade e os operadores do Direito. Os círculos incluem a presença do juiz e a construção consensual da sentença para o delito. A utilização desses círculos de construção e monitoramento de observâncias transcende hoje o seu emprego a questões relativas a delitos. Estes círculos vêm sendo utilizados em processos de diálogo que envolvem construção de consenso em questões comunitárias e institucionais.”*<sup>65</sup>

Nota-se que esses modelos restaurativos guardam algumas semelhanças entre si, embora haja vários aspectos que os diferenciem. Segundo Paul McCold,

*“apesar dessas variações, costumam ter em comum as seguintes etapas: reconhecimento da injustiça (fatos discutidos), compartilhamento e compreensão dos efeitos prejudiciais (sentimentos expressados), acordo sobre termos de reparação (reparação concordada) e atingir compreensão sobre o comportamento futuro (reforma implementada). A observância dessas etapas, associada à fidelidade aos valores restaurativos, é que vai estabelecer em que grau uma prática pode ser considerada restaurativa.”*<sup>66</sup>

Outro ponto oportuno a ser destacado é a diferença entre Justiça Restaurativa e Justiça Retributiva. O quadro abaixo evidencia os principais pontos em que se contrapõem:

Tabela 2 - Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa:

	JUSTIÇA RETRIBUTIVA	JUSTIÇA RESTAURATIVA
<b>Delito</b>	Infração da norma	Conflito entre pessoas
<b>Responsabilidade</b>	Individual	Individual e social
<b>Controle</b>	Sistema penal	Sistema penal / Comunidade
<b>Protagonistas</b>	Infrator e o Estado	Vítima, ofensor e comunidade
<b>Procedimento</b>	Adversarial	Diálogo
<b>Finalidade</b>	Provar delitos. Estabelecer	Resolver conflitos. Assumir responsabilidades. Reparar

<sup>65</sup> ALMEIDA, Tania. *Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos*. Rio de Janeiro. Mediare. Disponível em: <[http://www.mediare.com.br/08artigos\\_06justica\\_restaurativa.html](http://www.mediare.com.br/08artigos_06justica_restaurativa.html)>. Acesso em: 20 set. 2014.

<sup>66</sup> Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública. Disponível em: <[http://ftp.tjmg.jus.br/jij/apostila\\_ceag/MODULO\\_IX.pdf](http://ftp.tjmg.jus.br/jij/apostila_ceag/MODULO_IX.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2014.

	culpas. Aplicar castigos	o dano
<b>Tempo</b>	Baseado no passado	Baseado no futuro

Fonte: MEDIARE – Diálogos e Processos Decisórios

Justiça Retributiva e Restaurativa possuem visões diferentes dos conflitos. Enquanto essa busca saber quem foi prejudicado, quais as suas necessidades e o que deverá ser feito para resolvê-las, aquela se preocupa em identificar qual foi a lei violada, quem é o culpado e qual pena deverá ser imputada a ele. O sistema brasileiro tenta adotar elementos de ambos, pois a adoção de um só resultaria em um sistema muito extremado.

## 2.2 Outros Modelos de Resolução de Conflitos

No Brasil vigora o princípio da indisponibilidade da ação penal pública e por isso há certa dificuldade para a adoção de medidas alternativas. Entretanto, embora haja esse impasse no âmbito processual penal, a Constituição Federal de 1988 e a Lei 9099/95 permitem, ainda que de forma implícita, a aplicação desse modelo de resolução de conflito nas situações onde vigora o princípio da oportunidade. Assim, nos crimes de ação penal de iniciativa privada, sendo disponível e inteiramente a critério do ofendido a provocação da prestação jurisdicional, é possível para as partes optarem pelo procedimento restaurativo e construírem outro caminho para lidar com o conflito.<sup>67</sup>

Em relação a Constituição Federal, essa prevê em seu artigo 98, I, a possibilidade de conciliação e transação em casos de infrações penais de menor potencial ofensivo. Dessa maneira, pode-se entender que o princípio da oportunidade passou a coexistir com o princípio da obrigatoriedade da ação penal. Segundo o artigo:

*“Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:*

*I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação*

<sup>67</sup> PINTO, Renato Sócrates Gomes. A construção da Justiça Restaurativa no Brasil: O impacto no sistema de Justiça criminal. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1432, 3 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9878>>. Acesso em: 20 set. 2014.

e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;”<sup>68</sup>

Em relação à Lei dos Juizados Especiais, leciona Renato Pinto:

*“A lei 9099/95 prevê a composição civil (art.74 e parágrafo único), a transação penal (art.76) e a suspensão condicional do processo (art.89). Nos termos da citada lei, tanto na fase preliminar quanto durante o procedimento contencioso é possível a derivação para o processo restaurativo, sendo que, nos crimes de ação penal privada e pública condicionada, há a possibilidade de despenalização por extinção da punibilidade através da composição civil e, nos casos de ação penal pública, utilizando-se o encontro para, além de outros aspectos da solução do conflito, se discutir uma sugestão de pena alternativa adequada, no contexto do diálogo restaurativo. Disso resulta que a experiência restaurativa pode ser aplicada na conciliação e na transação penal, a partir do espaço de consenso por ela introduzido, que permite o diálogo restaurativo, inclusive ampliado para contemplar outros conteúdos – emocionais –, por exemplo – trazidos pelas partes e que podem ser colocados.”*<sup>69</sup>

Com efeito, dizem os citados artigos 72, 73 e 89:

*“Art. 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.*

*Art. 73. A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.*

*Parágrafo único. Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.*

*Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.”*<sup>70</sup>

Quando se trata do Procedimento Sumaríssimo, outro artigo merece destaque:

*“Art. 79. No dia e hora designados para a audiência de instrução e*

<sup>68</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 21 set. 2014.

<sup>69</sup> PINTO, Renato Sócrates Gomes. *A construção da Justiça Restaurativa no Brasil: O impacto no sistema de Justiça criminal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1432, 3 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9878>>. Acesso em: 21 set. 2014.

<sup>70</sup> BRASIL. Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm)>. Acesso em: 21 set. 2014.

*juízo, se na fase preliminar não tiver havido possibilidade de tentativa de conciliação e de oferecimento de proposta pelo Ministério Público, proceder-se-á nos termos dos arts. 72, 73, 74 e 75 desta Lei.”<sup>71</sup>*

Com base nos dispositivos acima, nota-se que os casos podem ser encaminhados pelo juiz a um núcleo de justiça restaurativa, desde que nenhuma conciliação tenha sido tentada em uma primeira oportunidade, seja durante a fase preliminar ou no próprio procedimento sumaríssimo.

### **2.3 Suspensão Condicional do Processo**

Outra abertura para práticas restaurativas é o instituto da suspensão condicional do processo. Sabe-se que a Lei n. 9.099/95 é responsável por disciplinar os Juizados Cíveis e Criminais e também tem a função de regular a chamada suspensão condicional do processo, presente no já citado artigo 89 dessa Lei. Tal instituto é um importante instrumento utilizado para a despenalização indireta, para evitar que nos crimes de menor potencial ofensivo seja imposta uma pena ou execução penal. Ou seja, significa “dificultar a aplicação da pena de prisão, ou o ato de diminuir a pena de um delito sem descriminaliza-lo, incluindo todas as alternativas possíveis que possam atenuar e evitar a aplicação da pena de prisão.”<sup>72</sup>

Esse procedimento possui como principal característica é a “paralisação do processo, com potencialidade de extinção de punibilidade”<sup>73</sup>. Entende-se, então, que essa característica despenalizadora é mais favorável ao autor da infração penal, visto que não há condenação ou consequências penais.

Como dito, a suspensão condicional do processo vem acompanhada do princípio da oportunidade, que tem “a ideia de um princípio limitador do poder de punir do Estado”<sup>74</sup>. De acordo Valter Ishida,

*“A suspensão do processo proporciona ao autor da infração penal a reintegração à sociedade, independentemente de ser conduzido à prisão ou de outra sanção penal e até mesmo de ser submetido ao*

<sup>71</sup> BRASIL. Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm)>. Acesso em: 21 set. 2014.

<sup>72</sup> MIRABETE apud ISHIDA, Válder Kenji. *A suspensão condicional do processo*. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 26.

<sup>73</sup> ISHIDA, Válder Kenji. *A suspensão condicional do processo*. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 29.

<sup>74</sup> PEREIRA, Cláudio José. *Princípio da Oportunidade e Justiça Penal Negociada*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002, p. 31.

*processo, contando que se obrigue ao cumprimento de determinadas exigências. Com a fixação dessas exigências e a consequente suspensão do processo, o Estado concede um crédito de confiança ao infrator primário, estimulando-o a não mais delinquir, evitando que o indivíduo que se aproximou de um delito, às vezes circunstancialmente, se submeta a uma pena, desde que cumpra as condições a ele imposta.*<sup>75</sup>

Por fim, procedimento restaurativo concluído no núcleo retornaria ao Ministério Público, com um relatório e um acordo restaurativo escrito e subscrito pelos participantes. A Promotoria incluiria as cláusulas ali inseridas na sua proposta, para homologação judicial, e se passaria, então, à fase executiva, com o acompanhamento integral do cumprimento do acordo, inclusive para monitoramento e avaliação do programa.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> ISHIDA, Válter Kenji. *A suspensão condicional do processo*. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 29.

<sup>76</sup> PINTO, Renato Sócrates Gomes. *A construção da Justiça Restaurativa no Brasil. O impacto no sistema de Justiça criminal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1432, 3 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9878>>. Acesso em: 7 set. 2014.

### 3 JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL

Após delimitar os principais aspectos relativos à Justiça Restaurativa, importante se faz sinalizar as possibilidades de aplicação desse modelo de resolução de conflitos no sistema brasileiro.

Destaca-se primeiramente que ainda não há no Brasil nenhum dispositivo que regule totalmente essas práticas restaurativas. O que existem são alguns diplomas legais que visam aplicar esses acordos livres e conscientes entre as partes envolvidas, evitando que tal conflito seja levado à uma resolução pelo procedimento tradicional, com a aplicação das regras do Direito Penal e do Processo Penal.<sup>77</sup>

Esse movimento de Justiça Restaurativa vem sendo discutido no Brasil há aproximadamente duas décadas. Um dos primeiros relatos de estudos realizados em observação da “prática judiciária sob o prisma restaurativo no Brasil”<sup>78</sup> foi em 1999, a cargo do Prof. Pedro Scuro Neto, no Rio Grande do Sul, sendo que a primeira publicação a respeito desse tema foi feita no ano de 2004, obra publicada pelo Instituto de Acesso à Justiça e nos dois anos seguintes o Ministério da Justiça publicou mais duas obras, a primeira intitulada de “Justiça Restaurativa” e a segunda de “Novas Direções na Governança da Justiça e da Segurança”.<sup>79</sup>

Ainda que a regulamentação desse modelo em lei apresente inúmeras vantagens, não devem ser dispensados os debates prévios acerca do tema em nível nacional e internacional, visto que é um modelo informal e flexível para ser aplicado de qualquer maneira. Nesse sentido, entende-se que:

*“deve partir de alguns pressupostos relativos à seleção dos casos, aos processos e à avaliação das experiências restaurativas, para se iniciar a pensar na institucionalização de programas de justiça restaurativa e mediação:*

- *Com relação à seleção dos casos para mediação, pontua a autora que a mediação não é nem pode ser tomada como panaceia universal. Nem todas as situações, mesmo quando configuram*

<sup>77</sup> JESUS, Damásio E. de. Justiça Restaurativa no Brasil. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 819, 30 set. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/7359>>. Acesso em: 26 set. 2014.

<sup>78</sup> JESUS, Damásio E. de. Justiça Restaurativa no Brasil. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 819, 30 set. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/7359>>. Acesso em: 26 set. 2014.

<sup>79</sup> PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. *Justiça Restaurativa: da Teoria à Prática*. São Paulo: IBCCRIM, 2009, p. 177.

*crimes de mesma natureza, são susceptíveis de mediação, desde logo pelas condições pessoais dos envolvidos.*

- *Quanto ao desenvolvimento do processo de mediação, há a necessidade da diferenciação das abordagens, e, portanto, o evitamento da rotina e burocratização das práticas*
- *Finalmente, no que tange à avaliação das experiências e seus critérios orientadores, a autora refere: é necessário que a avaliação vá além do inquirir a curto prazo da satisfação dos intervenientes, com todas as ambiguidades que um parâmetro destes coloca, ou que contemple apenas elementos quantitativos relativos aos resultados, descurando a qualidade dos processos.”<sup>80</sup>*

No final de 2004 e início de 2005, foi disponibilizado um apoio financeiro do PNUD, a partir de um acordo que resultou no Programa de Modernização da Gestão do Sistema Judiciário, que viabilizou o início de três projetos-pilotos sobre a Justiça Restaurativa no Brasil. Eles foram implementados na 3ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre/RS, no Juizado Especial Criminal do Núcleo Bandeirante/DF e na Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Caetano do Sul/SP.

A partir de então, os projetos de Justiça Restaurativa começaram a ganhar forma, sempre procurando adaptar as práticas e princípios estrangeiros à realidade brasileira. Sobre essa questão, discorre Pinho:

*“Por consequência natural, os conceitos da justiça restaurativa chegaram ao Brasil, principalmente a partir da observação e do estudo do direito comparado, trazendo à baila suas premissas, aplicações e experiências que lograram êxito. Por isso, é necessário registrar que o modelo restaurativo no Brasil não é cópia dos modelos estrangeiros, pois nosso modelo é restritivo, e carece de muitas transformações legislativas para a aplicação integral da justiça restaurativa. Ademais, como a justiça restaurativa é um processo de constante adaptação, é de bom alvitre sempre a adequação necessária à realidade brasileira.”<sup>81</sup>*

Como já dito, a Justiça Restaurativa é um conceito informal e flexível, permitindo que haja inúmeras adaptações sem que se perca sua essência, e é por isso que os programas brasileiros podem adaptar a sua metodologia à realidade do país. Sobre o tema, destaca-se:

*“Atento aos resultados expressivos dos primeiros projetos de Justiça Restaurativa, o Governo Federal reconheceu sua importância ao*

<sup>80</sup> CASTRO, Josefina. *O Processo de Mediação no Processo Penal: Elementos de Reflexão*. Revista do Ministério Público, nº 105, ano 27, jan-mar 2006, p.153.

<sup>81</sup> PINHO, Rafael Gonçalves de. *Justiça Restaurativa: um novo conceito*. Revista Eletrônica de Direito Processual - REDP da Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Processual da UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

*aprovar o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, por meio do Decreto no 7.037, de 21/12/2009. Essa norma estabelecia como um dos objetivos estratégicos incentivar projetos-pilotos de Justiça Restaurativa, como forma de analisar seu impacto e sua aplicabilidade no sistema jurídico brasileiro, bem como “desenvolver ações nacionais de elaboração de estratégias de mediação de conflitos e de Justiça Restaurativa nas escolas”.*

Com o intuito de ampliar um pouco mais o estudo sobre Justiça Restaurativa no Brasil, a seguir será analisado o desenvolvimento das suas práticas no âmbito das justiças estaduais citadas.

### 3.1 Justiça Restaurativa em Porto Alegre

Segundo o ILANUD (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente), o programa de Justiça Restaurativa em Porto Alegre é desenvolvido na 3ª Vara Regional do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre e é a mais consolidada no Brasil, sendo responsável pela execução das medidas socioeducativas, presentes no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Na verdade, as primeiras práticas restaurativas iniciaram-se na 3ª vara 10 anos antes desse projeto, que começou em 2005, sob a coordenação de Leoberto Brancher, Juiz da Vara nessa época.

Em relação a dimensão desse projeto, destaca-se:

*“A concepção de trabalho do Projeto Justiça para o Século 21 tem estratégias emancipatórias, irradiando para a rede de atendimento e para a comunidade na relação com as políticas públicas definidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio de parcerias individuais e institucionais. Em três anos de Projeto (2005-2008), 2.583 pessoas participaram de 380 procedimentos restaurativos realizados no Juizado da Infância e da Juventude. Outras 5.906 participaram de atividades de formação promovidas pelo Projeto. Além do Juizado, outros espaços institucionais como as unidades de privação da liberdade da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (antiga FEBEM), unidades de medidas socioeducativas de meio aberto, abrigos, escolas e ONGs também já estão aplicando essas práticas na gestão de conflitos internos, evitando sua judicialização.”<sup>82</sup>*

<sup>82</sup> ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto de Souza. Dez Anos de Práticas Restaurativas no Brasil: A Afirmação da Justiça Restaurativa como Política Pública de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça. Antena Sensorial. Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 305-324, set. 2012/fev. 2013. Disponível em: <[http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai\\_pj/revista/edicao\\_02\\_02/08\\_ResposabilidadesV2N2\\_Antena01.pdf](http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai_pj/revista/edicao_02_02/08_ResposabilidadesV2N2_Antena01.pdf)>. Acesso em: 23 de setembro de 2014.



Segundo Eduardo Rezende de Melo,

*“este projeto incorpora os princípios restaurativos em duas fases distintas do processo de execução: quando da elaboração do plano de atendimento socioeducativo e ao ser feita a avaliação das medidas aplicadas, para se verificar a possibilidade de o adolescente ter sua medida progredida.”*<sup>83</sup>

O primeiro problema observado é o fato de a justiça restaurativa atuar na fase de execução do processo, dificultando que a providência seja tomada logo na ocorrência do ato infracional. Quanto mais tempo se gasta para tomar uma providência, mais difícil é localizar a vítima e procurar lavar as partes envolvidas para participarem do procedimento. Por isso, visando amenizar os problemas gerados por esse lapso temporal entre o ato infracional e o processo restaurativo, o programa começou a ser aplicado em relação a adolescentes reincidentes, que já são acompanhados pela Vara de Execução. Dessa forma, é possível tomar uma providência mais rápida e marcar a o círculo restaurativo para a data mais próxima.<sup>84</sup>

A Justiça Restaurativa vai funcionar da seguinte forma<sup>85</sup>:

Primeiro, o adolescente precisa admitir que foi o autor do ato infracional. Na sequência, a vítima será identificada e verificar-se-á se é da vontade de ambos a participação no processo restaurativo. É importante lembrar que um dos princípios desse tipo de justiça é a voluntariedade das partes, portanto, se essa estiver ausente deverá prosseguir com o procedimento comum e não mais com o restaurativo. Pontua-se que além da voluntariedade é preciso que o ato infracional cometido seja diferente de homicídio, latrocínio, estupro e conflitos familiares.

A segunda fase é a do Pré-Círculo, onde será explicado no que consiste a justiça restaurativa, para saber se as partes tem interesse ou não de continuar com esse processo. O primeiro contato é feito com o agressor e sua família e posteriormente com a vítima.

<sup>83</sup> SILVA, Karina Duarte Rocha da. *Justiça Restaurativa e sua aplicação no Brasil*. 2009. 83 f. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília (UNB). Brasília. 2009. Disponível em: <[http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1\\_con\\_Karina\\_Duarte.pdf](http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1_con_Karina_Duarte.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2014.

<sup>84</sup> SILVA, Karina Duarte Rocha da. *Justiça Restaurativa e sua aplicação no Brasil*. 2009. 83 f. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília (UNB). Brasília. 2009. Disponível em: <[http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1\\_con\\_Karina\\_Duarte.pdf](http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1_con_Karina_Duarte.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2014.

<sup>85</sup> SILVA, Karina Duarte Rocha da. *Justiça Restaurativa e sua aplicação no Brasil*. 2009. 83 f. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília (UNB). Brasília. 2009. Disponível em: <[http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1\\_con\\_Karina\\_Duarte.pdf](http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1_con_Karina_Duarte.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2014.

A terceira fase é a que dá início ao Círculo Restaurativo, que será conduzido por dois coordenadores, desempenhando o papel de facilitadores. O objetivo aqui é que as partes sejam escutadas, com o objetivo final de ajudar na elaboração de um acordo entre elas. Caso cheguem a esse acordo, o coordenador ficará responsável por redigi-lo, pedir para que as partes o assine e entregará uma cópia para cada um. Em seguida é feita audiência para avaliar os termos do acordo e homologá-lo, se assim entender.

Depois, o indivíduo é encaminhado para o Programa de Execução de Medidas Socioeducativas, onde será acompanhado por um técnico que tem o dever de assegurar o cumprimento do acordo pelo adolescente. A vítima vai ser acompanhada por um coordenador, que vai verificar suas necessidade e, se necessário, a encaminhará aos serviços sociais adequados.

A última fase é a do Pós-Círculo, feito 30 dias após a realização do Círculo, tendo o objetivo de verificar se as partes cumpriram o acordo.

Em janeiro de 2010, o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul oficializou a Central de Práticas Restaurativas no Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Porto Alegre por meio da Resolução 822/2010. Segundo art. 1º, o principal objetivo é o de “realizar procedimentos restaurativos em qualquer fase do atendimento de adolescente acusado da prática de ato infracional.”<sup>86</sup> Foram instalados quatro centros em bairros pobres de Porto Alegre no intuito de evitar a judicialização de alguns tipos de conflitos.

Esse projeto de Justiça Restaurativa em Porto Alegre é também uma espécie de polo de treinamento de práticas restaurativas. Segundo consta,

*“técnicos e estudiosos de todo o Brasil buscam esses ensinamentos para levarem até seus estados, a fim de poderem implementar as práticas no Sistema de Justiça da Infância e Juventude, escolas, ONGs, instituições de atendimento à infância e juventude e comunidades. Entre os cursos oferecidos, estão os de Facilitador em Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção da Paz, Curso Intensivo de Justiça Restaurativa, Curso de Iniciação em Justiça*

---

<sup>86</sup> Resolução nº822/2010 – COMAG. Declara a existência da Central de Práticas Restaurativas Junto ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Porto Alegre, estabelecendo indicadores para o monitoramento do trabalho desenvolvido. Rio Grande do Sul, 20 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://ijj.tjrs.jus.br/paginas/docs/justica-restaurativa/MICROSOFT-WORD-822-2010-CRIACAO-DA-CENTRAL-DE-PRATICA-RESTAURATIVA.PDF>>. Acesso em: 29 set. 2014.

*Restaurativa e Curso de Formação de Coordenadores de Práticas Restaurativas.*<sup>87</sup>

Em relação à formação, essa se dá da seguinte forma:

*“Cada uma dessas instituições disponibiliza pessoas para formar a equipe, sendo que cada profissional dedica 4 horas por semana ao projeto. Foi formada, através dessa parceria, uma equipe multidisciplinar, formada por 17 profissionais. Na equipe há assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, juiz, defensor público, promotor de justiça, entre outros profissionais.”*<sup>88</sup>

São parceiros desse programa de Justiça Restaurativa: a FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo), a FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania), a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Segurança Urbana e a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

### 3.2 Justiça Restaurativa no Núcleo Bandeirante

Em meio a onda implantação dos novos modelos de solução de conflitos em diversos países, o TJDFT publicou no dia 04 de junho de 2004 a Portaria Conjunta nº 15<sup>89</sup>, por meio da qual instituiu uma Comissão para analisar a possibilidade de instituir a Justiça Restaurativa à Justiça do Distrito Federal, com a intenção de começar a desenvolver um projeto piloto no Núcleo Bandeirante.<sup>90</sup>

No ano seguinte o Projeto Piloto foi iniciado nos Juizados Especiais de Competência Geral do Fórum do Núcleo Bandeirante, sob a coordenação do Juiz Asiel Henrique de Sousa, “com aplicação nos processos criminais referentes às

<sup>87</sup> ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto de Souza. Dez Anos de Práticas Restaurativas no Brasil: *A Afirmação da Justiça Restaurativa como Política Pública de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça*. Antena Sensorial. Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 305-324, set. 2012/fev. 2013. Disponível em: <[http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai\\_pj/revista/edicao\\_02\\_02/08\\_ResposabilidadesV2N2\\_Antena01.pdf](http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai_pj/revista/edicao_02_02/08_ResposabilidadesV2N2_Antena01.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2014.

<sup>88</sup> SILVA, Karina Duarte Rocha da. *Justiça Restaurativa e sua aplicação no Brasil*. 2009. 83 f. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília (UNB). Brasília. 2009. Disponível em: <[http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1\\_con\\_Karina\\_Duarte.pdf](http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1_con_Karina_Duarte.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2014.

<sup>89</sup> BRASIL. Portaria Conjunta nº 15, de 2004 – TJDFT. Disponível em: [http://www.tjdft.jus.br/trib/publ/publOf/2004/publ\\_portaria\\_conjunta\\_2004.asp](http://www.tjdft.jus.br/trib/publ/publOf/2004/publ_portaria_conjunta_2004.asp). Acesso em: 27 set. 2014

<sup>90</sup> Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. *A Justiça Restaurativa*. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/justica-restaurativa/o-que-e-a-justica-restaurativa>>. Acesso em: 01 out. 2014.

infrações de menor potencial ofensivo, passíveis de composição cível e de transação penal.”<sup>91</sup>

Em 2006, com a publicação da Portaria Conjunta nº 52, o Programa Justiça Restaurativa passou a ser um serviço relacionado ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e o principal objetivo era “ampliar a capacidade de resolução de conflitos por consenso no âmbito dos crimes de menor potencial ofensivo.”<sup>92</sup>

Nos anos seguintes foi possível observar a evolução do Projeto, com a instituição do Centro de Resolução Não-Adversarial de Conflitos – CNRC, em 2006 e a edição da Resolução nº 13 do TJDF, em 2012, que possuía o seguinte objetivo:

*“Dispôs sobre a estrutura organizacional do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e denominou a Justiça Restaurativa como Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Programa Justiça Restaurativa vinculado diretamente ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPECON e à Segunda Vice-Presidência.”*<sup>93</sup>

Na prática, a Justiça Restaurativa ocorre no Distrito Federal da seguinte forma:

*“Para a seleção dos casos, a equipe gestora busca escolher os conflitos nos quais os envolvidos possuem um relacionamento que se projeta para o futuro ou que se prolongue. Após a equipe gestora do programa fazer a pré-seleção dos casos, faz-se a consulta ao autor do fato e à vítima separadamente, quando lhes é explicado o que é justiça restaurativa e indagado se eles têm interesse em participar. A participação deve ser voluntária. Todas as reuniões ocorrem no prédio do próprio Juizado Especial.*

<sup>91</sup> ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto de Souza. *Dez Anos de Práticas Restaurativas no Brasil: A Afirmação da Justiça Restaurativa como Política Pública de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça*. Antena Sensorial. Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 305-324, set. 2012/fev. 2013. Disponível em: <[http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai\\_pj/revista/edicao\\_02\\_02/08\\_ResponsabilidadesV2N2\\_Antena01.pdf](http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai_pj/revista/edicao_02_02/08_ResponsabilidadesV2N2_Antena01.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2014

<sup>92</sup> ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto de Souza. *Dez Anos de Práticas Restaurativas no Brasil: A Afirmação da Justiça Restaurativa como Política Pública de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça*. Antena Sensorial. Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 305-324, set. 2012/fev. 2013. Disponível em: <[http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai\\_pj/revista/edicao\\_02\\_02/08\\_ResponsabilidadesV2N2\\_Antena01.pdf](http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai_pj/revista/edicao_02_02/08_ResponsabilidadesV2N2_Antena01.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2014

<sup>93</sup> ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto de Souza. *Dez Anos de Práticas Restaurativas no Brasil: A Afirmação da Justiça Restaurativa como Política Pública de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça*. Antena Sensorial. Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 305-324, set. 2012/fev. 2013. Disponível em: <[http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai\\_pj/revista/edicao\\_02\\_02/08\\_ResponsabilidadesV2N2\\_Antena01.pdf](http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai_pj/revista/edicao_02_02/08_ResponsabilidadesV2N2_Antena01.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2014

*Depois, seguem-se os Encontros Preparatórios, que também são feitos separadamente com o autor do fato e a vítima, acompanhados, porém, de “apoios”, ou seja, familiares ou amigos que as partes pretendem ter em sua companhia. Nesta fase, são tratados temas como o que falar para a outra parte quando houver o Encontro, quais são suas expectativas, se eles se sentem emocionalmente seguros para encontrar a parte contrária. Podem ser feitos quantos Encontros Preparatórios o caso concreto demandar.*

*Então, realiza-se o Encontro Restaurativo, que é o momento central do projeto. As partes e seus apoios intermediados por um ou mais facilitador discutem o evento conflituoso e, ao final, elaboram um acordo, que é homologado pelo Juiz e pelo Ministério Público. Legalmente, o acordo firmado faz as vezes da composição civil, prevista no artigo 74 da Lei n. 9.099/1995, e torna-se título executivo judicial, passível de execução no juízo civil.*

*A equipe do projeto acompanha o cumprimento do acordo e, após seis meses, é feita uma avaliação da satisfação das partes.”<sup>94</sup>*

A equipe do projeto é composta por 36 pessoas, dentre os quais se destacam os juízes, promotores de justiça, defensores públicos, psicólogos e assistentes sociais. Há ainda 22 facilitadores que são voluntários e dedicam quatro horas semanais para o projeto.<sup>95</sup>

A experiência em Brasília merece destaque por ter se especializado em práticas restaurativas que envolvem adultos que cometeram crimes de menor potencial ofensivo, saindo do foco da criança e do adolescente. Esse fato também é útil para provar a versatilidade que a Justiça Restaurativa possui, podendo sofrer modificações sem perder o seu objetivo de resolver os conflitos sem fazer uso da violência.

Segundo o TJDF, as atividades desenvolvidas pelo Programa Justiça Restaurativa são:

- “- Realização de mediações em crimes de baixo potencial ofensivo nos juizados especiais do Fórum do Núcleo Bandeirante (mediações privadas, conjuntas com acordo e sem acordo);*
- Participação e apresentação dos trabalhos do Programa Justiça Restaurativa em congressos, seminários, fóruns, cursos, entre outros eventos sobre o tema;*
- Atendimento privados para falar sobre a Justiça Restaurativa;*

<sup>94</sup> SILVA, Karina Duarte Rocha da. *Justiça Restaurativa e sua aplicação no Brasil*. 2009. 83 f. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília (UNB). Brasília. 2009. Disponível em: <[http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1\\_con\\_Karina\\_Duarte.pdf](http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1_con_Karina_Duarte.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2014.

<sup>95</sup> SILVA, Karina Duarte Rocha da. *Justiça Restaurativa e sua aplicação no Brasil*. 2009. 83 f. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília (UNB). Brasília. 2009. Disponível em: <[http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1\\_con\\_Karina\\_Duarte.pdf](http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1_con_Karina_Duarte.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2014.

- Participações em reuniões e palestras, bem como orientação a teses de monografia e doutorado.”<sup>96</sup>

Em janeiro de 2014 foi disponibilizado o relatório anual de 2013 do “Centro Judiciário de Solução de Conflitos e De Cidadania do Programa de Justiça Restaurativa – CEJUST”<sup>97</sup> e obteve resultados significativos, dentre os quais destacam-se:

Tabela 3 - Atividades realizadas pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Programa Justiça Restaurativa:

<b>Tipo de atendimento</b>	<b>2013</b>
Visitas institucionais	<b>32</b>
Orientações prestadas ao cidadão	<b>22</b>
Visitas domiciliares	<b>20</b>
Acompanhamento pós acordo	<b>11</b>
Mediações restaurativas	<b>228</b>
Atendimentos telefônicos	<b>1954</b>
<b>Total de atendimentos</b>	<b>2267</b>

Fonte: TJDF - Programa Justiça Restaurativa – Fórum do Núcleo Bandeirante

Tabela 4 – Mediações designadas e realizadas:

<b>Mediações</b>	<b>2013</b>		
	<b>Qde (un.)</b>	<b>Horas utilizadas</b>	<b>% de acordo</b>
Mediações designadas	<b>659</b>	<b>785</b>	<b>*44%<sup>98</sup></b>
Mediações realizadas	<b>651</b>	<b>779</b>	<b>*44%</b>

Fonte: TJDF - Programa Justiça Restaurativa – Fórum do Núcleo Bandeirante

Tabela 5 – Principais incidências penais referentes à mediação restaurativa:

<sup>96</sup> Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF. *Atividades desenvolvidas pelo Programa Justiça Restaurativa no TJDF*. Disponível em: <<http://www.tjdf.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/justica-restaurativa/atividades>>. Acesso em: 27 set. 2014.

<sup>97</sup> Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF. *Relatórios de Atividades Restaurativas*. Disponível em: <<http://www.tjdf.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/justica-restaurativa/Relatorios>>. Acesso em: 27 set. 2014.

<sup>98</sup> “O percentual de 44% se refere à quantidade de processos com Acordo Restaurativo de janeiro a dezembro/2013 - 90 processos enviados ao programa.” Disponível em: <<http://www.tjdf.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/justica-restaurativa/Relatorios>>. Acesso em: 27 set. 2014.

<b>Principais incidências penais referentes à mediação restaurativa</b>	<b>2013 (%)</b>
1. Violência doméstica <sup>99</sup>	25
2. Ação de conhecimento	1
3. Injúria	34
4. Ameaça	38
5. Dano	-
6. Difamação	1
7. Alteração de Limite	1
8. Calúnia	3
9. Perturbação do sossego	3
10. Vias de fato	4
11. Lesão Corporal	14
12. Trânsito	-
13. Família	
Partilha de Bens	2
Divórcio Litigioso/ Consensual	-
Regulamentação de visitas	-
14. Idoso	13
15. Art.65 da Lei de Contravenções Penais.	11
<b>Total</b>	<b>150</b>

Fonte: TJDFR – Programa Justiça Restaurativa – Fórum do Núcleo Bandeirante

### 3.3 Justiça Restaurativa em São Caetano do Sul

O programa de Justiça Restaurativa no Estado de São Paulo teve

<sup>99</sup> “Os casos de violência doméstica atendidos neste programa são relativos aos relacionamentos entre irmãos, sobrinhos, tios, etc. Os casos de violência conjugal são encaminhados, por sugestão dos mediadores, ao SERAV –(Serviço de Assessoramento as Famílias em Situação de Violência) para uso da metodologia de intervenção adequada.” Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/justica-restaurativa/Relatorios>>. Acesso em: 27 set. 2014.

início em 2005, na cidade de São Caetano do Sul. O projeto começou sob os cuidados de Eduardo Rezende Melo<sup>100</sup>, Juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude. O projeto tinha o intuito de englobar a aplicação das práticas restaurativas em processos judiciais em escolas públicas da cidade e comunidades.<sup>101</sup>

O projeto iniciou da seguinte forma:

*“foram capacitados professores, funcionários, alunos e familiares de estudantes para resolver os conflitos escolares no mesmo ambiente em que surgiam, escolas públicas do município. Tendo como base o diálogo, foram aplicadas metodologias como conversas, círculos e conferências restaurativas que garantiam responsabilização de quem cometeu o ato infracional e, ao mesmo tempo, contemplavam as necessidades e os direitos das vítimas desses atos.”<sup>102</sup>*

Em seguida, no ano de 2006, outros membros da comunidade foram capacitados para poderem atuar nas ocorrências de menor potencial ofensivo. Somente em 2011 o projeto passou a abranger os crimes graves e para isso recebeu o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos.<sup>103</sup>

Em São Caetano do Sul o projeto possui uma característica peculiar em relação aos demais por ter duas vertentes distintas: “uma educacional – que ocorre no próprio ambiente escolar – e outra jurisdicional – na Vara da Infância e da Juventude.”<sup>104</sup>

<sup>100</sup> MELO, Eduardo Rezende. *Justiça e educação: parceria para a cidadania*. Um projeto de justiça restaurativa da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de São Caetano do Sul envolvendo a rede escolar da comarca. Disponível em: <[http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/XXICongressoNacional\\_ABMP/1%20Experiencia%20%20Eduardo%20Rezende%20Melo%2008.05%20-%20G7.pdf](http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/XXICongressoNacional_ABMP/1%20Experiencia%20%20Eduardo%20Rezende%20Melo%2008.05%20-%20G7.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2014.

<sup>101</sup> ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto de Souza. Dez Anos de Práticas Restaurativas no Brasil: *A Afirmação da Justiça Restaurativa como Política Pública de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça*. Antena Sensorial. Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 305-324, set. 2012/fev. 2013. Disponível em: <[http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai\\_pj/revista/edicao\\_02\\_02/08\\_ResponsabilidadesV2N2\\_Antena01.pdf](http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai_pj/revista/edicao_02_02/08_ResponsabilidadesV2N2_Antena01.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2014.

<sup>102</sup> MONTENEGRO, Manuel Carlos. *TJSP usa justiça Restaurativa na Ressocialização de Jovens*. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/22917-tjsp-usa-justica-restaurativa-na-ressocializacao-de-jovens>>. Acesso em: 04 out. 2014.

<sup>103</sup> MONTENEGRO, Manuel Carlos. *TJSP usa justiça Restaurativa na Ressocialização de Jovens*. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/22917-tjsp-usa-justica-restaurativa-na-ressocializacao-de-jovens>>. Acesso em: 04 out. 2014.

<sup>104</sup> SILVA, Karina Duarte Rocha da. *Justiça Restaurativa e sua aplicação no Brasil*. 2009. 83 f. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília (UNB). Brasília. 2009. Disponível em: <[http://www.fesmpdf.org.br/arquivos/1\\_con\\_Karina\\_Duarte.pdf](http://www.fesmpdf.org.br/arquivos/1_con_Karina_Duarte.pdf)>. Acesso em: 27 de setembro de 2014



O Juiz Eduardo Rezende de Melo explica essas vertentes da seguinte forma:

*“A vertente educacional, em seu início, foi desenvolvida em três escolas estaduais e, em 2006, já contava com a participação de todas as escolas estaduais. Nesta, os Círculos Restaurativos são realizados nas próprias escolas, em salas especialmente destinadas ao programa, e os professores desempenham o papel de facilitadores. O público alvo são os alunos de 4ª a 8ª série e do ensino médio das respectivas escolas, podendo haver, portanto, até mesmo a participação de crianças – o que é inviável na faceta jurisdicional do programa. Nas escolas em que há crianças, os Círculos são chamados de “Cirandas Restaurativas”.*

*Nesta vertente, qualquer conflito é passível de ser encaminhado a um Círculo Restaurativo, mesmo que não compreenda ato infracional, mas simples infração escolar disciplinar, sendo que se dá ênfase aos casos relacionados ao chamado bullying<sup>105</sup>.*

*Qualquer pessoa pode pedir que seja realizado o Círculo e, geralmente, a iniciativa é tomada por professores ou pelos envolvidos. É necessário que haja a concordância das partes em participar do projeto. Pode haver, conforme o caso, a participação do Conselho Tutelar, que é responsável por fazer a avaliação referente aos problemas sociofamiliares subjacentes aos conflitos e por realizar o encaminhamento para atendimento pelo serviço público, se for necessário.*

*Todos os casos atendidos na vertente escolar, inclusive os relativos a infrações disciplinares, após o cumprimento do acordo, são encaminhados ao juízo, que os registra, fiscaliza o teor do acordo e, se for o caso de prática de ato infracional, o Juiz, a pedido do Ministério Público, pode, com fulcro no artigo 126 do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>106</sup>, conceder a remissão sem aplicação da medida socioeducativa.*

*Já na vertente jurisdicional do programa, o público alvo são os adolescentes em conflito com a lei. Diferentemente do projeto desenvolvido em Porto Alegre, que atua na fase de execução, neste, os Círculos ocorrem logo na fase inicial do processo de conhecimento.*

*Quando o conflito chega ao fórum, faz-se a sua avaliação durante a oitiva informal do adolescente ou na audiência de apresentação. Se houver a admissão de responsabilidade pelo adolescente e a aceitação dos envolvidos para participar do programa restaurativo, o processo é suspenso<sup>211</sup> e as partes são encaminhadas para o Pré-Círculo com as assistentes sociais, que, após, agendam os Círculos,*

<sup>105</sup> “Bullying é uma situação que se caracteriza por agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva, por um ou mais alunos contra um ou mais colegas. O termo bullying tem origem na palavra inglesa bully, que significa valentão, brigão. Mesmo sem uma denominação em português, é entendido como ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato.” Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/bullying-escola-494973.shtml>>. Acesso em: 04 out. 2014.

<sup>106</sup> “Art. 126 do ECA. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.” Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 04 out. 2014.

*os quais se realizam nas escolas em que os adolescentes estão matriculados.*

*Não há a exclusão pré-determinada de casos associada à natureza do ato infracional, podendo participar do programa crimes violentos, como roubo e estupro, se a vítima aquiescer. Os atos infracionais que mais comumente fazem parte do programa são ameaças, roubos, furtos, agressões físicas e ofensas verbais.*

*Os Círculos são realizados sob o encaminhamento do fórum, com a participação da assistente social e de membros da escola, sendo que estudantes são incentivados a participar como co-facilitadores. A Vara e a Promotoria são responsáveis por controlar os termos do acordo. Após, o Juiz o homologa e concede a remissão prevista no artigo 126, parágrafo único, da Lei 8.069/1990, cumulada com a medida socioeducativa prevista no acordo. Caso haja o seu descumprimento, pode ser realizado novo círculo.”<sup>107</sup>*

### 3.4 Projeto de Lei 4501/2012

O Projeto de Lei Nº 4501/12<sup>108</sup>, da deputada Aline Corrêa (PP-SP), altera vários pontos da Lei 11.340 de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Entre as propostas de mudanças, pretende a admissibilidade de adoção do sistema de conciliação para a suspensão condicional do processo, bem como as condições e o alcance da medida, sob a ótica da proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar.<sup>109</sup>

De acordo com o texto do Projeto de Lei, a proposta de suspensão condicional do processo deve conter algumas condições obrigatórias e cumulativas. São elas:

- a) *“Obrigação de reparar o dano à vítima, inclusive danos morais a serem arbitrados pelo juiz, salvo impossibilidade de fazê-lo;*

<sup>107</sup> MELO, Eduardo Rezende. *Justiça e educação: parceria para a cidadania. Um projeto de justiça restaurativa da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de São Caetano do Sul envolvendo a rede escolar da comarca.* Disponível em: <[http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/XXICongressoNacional\\_ABMP/1%20Experiencia%20%20Eduardo%20Rezende%20Melo%2008.05%20-%20G7.pdf](http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/XXICongressoNacional_ABMP/1%20Experiencia%20%20Eduardo%20Rezende%20Melo%2008.05%20-%20G7.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2014.

<sup>108</sup> BRASIL. *Projeto de Lei nº 4501/2012 da Deputada Aline Corrêa. Dispõe sobre a repressão à violência contra a mulher, alterando dispositivos da Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, e dá outras providências.* Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=18CC5EF049804E436991F8CE434BC6BA.proposicoesWeb1?codteor=1029618&filename=PL+4501/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=18CC5EF049804E436991F8CE434BC6BA.proposicoesWeb1?codteor=1029618&filename=PL+4501/2012)>. Acesso em: 04 out. 2014.

<sup>109</sup> RODRIGUES, Lindinalva Correia. *Projeto de Lei pode acabar com a Lei Maria da Penha.* Cuiabá/MT. Disponível em: <<http://www.lindinalvarodrigues.com.br/materias.php?subcategoriald=8&id=3349&>>. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

- b) prestação de serviços à comunidade;
- c) comparecimento obrigatório a programas de recuperação e reeducação;
- d) respeito às medidas protetivas deferidas em favor da mulher, cuja vigência poderá permanecer durante o período de prova da suspensão, caso seja necessária à proteção da vítima;
- e) obrigação de não reiterar atos de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- f) proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz; e
- g) comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.”<sup>110</sup>

Ocorre que tais mudanças geraram diversas polêmicas, que dividiram aqueles que são a favor do Projeto de Lei e os que são contra. As alterações na Lei Maria da Penha foram debatidas no dia 10 de abril de 2014, em audiência pública realizada pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, que foi presidida pela Deputada Jô Moraes, relatora do projeto e contou com a presença da Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso, Lindinalva Rodrigues, convidada para compor a mesa de palestrantes.<sup>111</sup>

Tratando primeiramente da posição da maioria dos participantes da audiência, como integrantes do Ministério Público, do sistema de justiça, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e de todos os parlamentares presentes, foram obtidas opiniões totalmente contrárias à alteração. Eles defendem que o Brasil deve lutar pela aplicação correta da lei antes de modificá-la.<sup>112</sup>

Segundo a Promotora de Justiça Lindinalva Rodrigues,

*“a possibilidade de suspensão condicional dos processos de violência contra a mulher e formação de acordos significa “a morte da lei”, pois subtrai o protagonismo da vítima em tais casos, ouve apenas o agressor e conduz a sensação de impunidade, já que tais suspensões não são efetivamente fiscalizadas no Brasil, significando*

<sup>110</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Possibilidade de suspender processo é a morte da Lei Maria da Penha*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/465790-PARA-PROMOTORA-POSSIBILIDADE-DE-SUSPENDER-PROCESSO-E-A-MORTE-DA-LEI-MARIA-DA-PENHA.html>>. Acesso em: 03 out. 2014.

<sup>111</sup> RODRIGUES, Lindinalva Correia. *Projeto de Lei pode acabar com a Lei Maria da Penha*. Cuiabá/MT. Disponível em: <<http://www.lindinalvarodrigues.com.br/materias.php?subcategoriald=8&id=3349&>>. Acesso em: 02 out. 2014.

<sup>112</sup> Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM. *Mudanças na Lei Maria da Penha provocam polêmica na Câmara dos Deputados*. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2014/04/10-04-2013-mudancas-na-lei-maria-da-penha-provocam-polemica-na-camara-dos-deputados](http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2014/04/10-04-2013-mudancas-na-lei-maria-da-penha-provocam-polemica-na-camara-dos-deputados)>. Acesso em: 02 out. 2014.

*um retrocesso inadmissível na luta das mulheres contra a violência de gênero.”<sup>113</sup>*

Dando seguimento ao seu discurso, acrescentou:

*“Ouvir a vítima para ver se ela concorda com um acordo deste tipo não devolve seu poder de fala, apenas devolve a responsabilidade para ela, deixando o problema para ser resolvido em casa (...) a sensação de impunidade é a pior que o sistema de Justiça poderia passar para a população, sobretudo em um crime que atinge todas as classes sociais, não se podendo admitir o retrocesso da época anterior a Lei Maria da Penha, em que a violência doméstica era negociada por cestas básicas como crimes de menor potencial ofensivo. Antes da Lei Maria da Penha a violência doméstica não era “nada” para o operador jurídico, que a aplicava como bem entendia, sacrificando a mulher para salvar a “harmonia familiar”. A Lei Maria da Penha tirou a violência doméstica da invisibilidade, ganhou o gosto popular, é conhecida e reconhecida pela população, que se sente mais segura após a sua entrada em vigor para fazer suas denúncias.”<sup>114</sup>*

Acompanhando a posição de Lindinalva, a Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM<sup>115</sup>, Aparecida Gonçalves, ressalta que o Estado precisa passar uma estruturação em seu sistema para que a Lei Maria da Penha possa ser aplicada da maneira como foi idealizada. Segundo ela, “hoje temos no País apenas 600 delegacias especializadas, 90 juizados

<sup>113</sup> RODRIGUES, Lindinalva Correia. *Projeto de Lei pode acabar com a Lei Maria da Penha*. Cuiabá/MT. Disponível em: <<http://www.lindinalvarodrigues.com.br/materias.php?subcategoriald=8&id=3349>>. Acesso em: 02 out. 2014.

<sup>114</sup> RODRIGUES, Lindinalva Correia. *Projeto de Lei pode acabar com a Lei Maria da Penha*. Cuiabá/MT. Disponível em: <<http://www.lindinalvarodrigues.com.br/materias.php?subcategoriald=8&id=3349>>. Acesso em: 02 out. 2014.

<sup>115</sup> “A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) tem como principal objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. Desde a sua criação em 2003, pelo então Presidente Lula, a SPM vem lutando para a construção de um Brasil mais justo, igualitário e democrático, por meio da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País. A atuação da SPM desdobra-se em três linhas principais de ação: (a) Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; (b) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e (c) Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade. A estrutura básica da SPM é composta pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (órgão colegiado), o Gabinete da Ministra de Estado Chefe, a Secretaria-Executiva e de três outras Secretarias. A SPM assessora diretamente a Presidenta da República, em articulação com os demais Ministérios, na formulação e no desenvolvimento de políticas para as mulheres. Paralelamente, desenvolve campanhas educativas de caráter nacional, assim como projetos e programas de cooperação com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas. A atuação da SPM respeita todas as formas de diversidade: racial, geracional e de orientação sexual; mulheres negras, indígenas, do campo, da floresta e/ou com deficiência.” Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre>. Acesso em: 02 out. 2014.

especializados e 40 defensorias especializadas”.<sup>116</sup> Outro ponto destacado pela Secretária é o fato da Organização das Nações Unidas (ONU) considerar a legislação brasileira como uma das melhores do mundo nesse aspecto. Dessa maneira, não concorda que haja um fundamento lógico para modificar uma lei tão bem conceituada.<sup>117</sup>

Acerca do período anterior à Lei Maria da Penha, Maria Berenice esclarece:

“agravava-se a situação pelo descaso na criação das Delegacias da Mulher. Era desastrosa – para dizer o mínimo – a forma como a violência era enfrentada pelo país, principalmente após a Lei dos Juizados Especiais que considerou a lesão corporal delito de pequeno potencial ofensivo, delito de que a mulher era maus reiteradamente vítima.”<sup>118</sup>

As fortes críticas feitas à retomada da possibilidade de utilizar acordos entre as partes para solucionar os casos de violência doméstica se dão em razão dessas medidas atuarem como “a morte da lei Maria da Penha”<sup>119</sup>. Ademais, cabe ressaltar que o Supremo Tribunal Federal já entendeu pela não aplicação da Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/1995) aos crimes da Lei Maria da Penha, acrescentando que qualquer crime praticado contra a mulher, nos termos da Lei, será crime de ação penal pública incondicionada.

Sobre a questão da aplicação da Lei dos Juizados Especiais, salienta-se que antes da Lei Maria da Penha a vítima era pressionada por todas as partes envolvidas no processo, como conciliador, juiz, promotor e agressor para que aceitasse acordou ou deixasse de representar. Dessa maneira, nada acontecia com o marido ou companheiro que agredia a mulher, deixando clara a situação de

<sup>116</sup> Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM. *Mudanças na Lei Maria da Penha provocam polêmica na Câmara dos Deputados*. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2014/04/10-04-2013-mudancas-na-lei-maria-da-penha-provocam-polemica-na-camara-dos-deputados](http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2014/04/10-04-2013-mudancas-na-lei-maria-da-penha-provocam-polemica-na-camara-dos-deputados)>. Acesso em: 02 out. 2014.

<sup>117</sup> Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM. *Mudanças na Lei Maria da Penha provocam polêmica na Câmara dos Deputados*. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2014/04/10-04-2013-mudancas-na-lei-maria-da-penha-provocam-polemica-na-camara-dos-deputados](http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2014/04/10-04-2013-mudancas-na-lei-maria-da-penha-provocam-polemica-na-camara-dos-deputados)>. Acesso em: 02 out. 2014.

<sup>118</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 173.

<sup>119</sup> Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM. *Mudanças na Lei Maria da Penha provocam polêmica na Câmara dos Deputados*. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2014/04/10-04-2013-mudancas-na-lei-maria-da-penha-provocam-polemica-na-camara-dos-deputados](http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2014/04/10-04-2013-mudancas-na-lei-maria-da-penha-provocam-polemica-na-camara-dos-deputados)>. Acesso em: 02 out. 2014.

impunibilidade.<sup>120</sup>

Outrossim, estudos comprovam que mesmo diante dos avanços apresentados desde a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, ainda são contabilizados “4,4 assassinatos a cada 100 mil mulheres, número que coloca o Brasil no 7º lugar no ranking de países nesse tipo de crime.”<sup>121</sup>

O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) divulgou em 2013 uma pesquisa sobre a violência contra as mulheres, o que mostrou mais uma vez que a Lei ainda não é aplicada como deveria. Segundo a pesquisa,

*“entre 2001 e 2011, estima-se que cerca de 50 mil mulheres foram vítimas de homicídio cometido pelo parceiro ou ex-parceiro no país, dos quais 50% com o uso de armas de fogo. O Ipea ainda constatou que 29% desses óbitos aconteceram na casa da vítima, o que reforça o perfil das mortes como casos de violência doméstica”<sup>122</sup>*

Desde 2006, quando a Lei entrou em vigor, até 2013, segundo dados da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres,

*“o número de agressões contra mulheres relatadas ao governo federal por meio do serviço Ligue 180<sup>123</sup> cresceu 600% (...)o serviço de atendimento telefônico que oferece orientações para as mulheres vítimas de violência fechou o ano de 2012 com 88.685 relatos de agressão – contra 12.664 há seis anos.”<sup>124</sup>*

Esses números não mostram que a violência contra as mulheres aumentou e sim que o número de denúncias cresceu. A Lei Maria da Penha trouxe consigo a sensação de proteção para as mulheres, de saberem que a chance de

<sup>120</sup> DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 173.

<sup>121</sup> Campanha Compromisso e Atitude. *Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil*. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 04 out. 2014.

<sup>122</sup> Diário do Poder: Políticas e Bastidores. Disponível em: <<http://www.diariodopoder.com.br/noticias/pesquisa-revela-alto-indice-de-violencia-contra-mulheres/>>. Acesso em: 29 set. 2014.

<sup>123</sup> “A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 é um serviço de atendimento telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, criado com o objetivo de disponibilizar um espaço para que a população brasileira, principalmente as mulheres, possa se manifestar acerca da violência de gênero, em suas diversas formas. O serviço presta seu atendimento com foco no acolhimento, orientação e encaminhamento para os diversos serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em todo o Brasil.”. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/ouvidoria/central-de-atendimento-a-mulher>>. Acesso em: 01 out. 2014.

<sup>124</sup> Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres - SPM. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>>. Acesso em: 01 out. 2014.

colocar um fim nas situações de violência está mais próxima do que antes da Lei entrar em vigor. Destaca-se ainda, que existem aquelas que não fazem a denúncia por medo e por isso aqueles que são contra o Projeto de Lei 4501/2012 temem que a conciliação seja uma forma de favorecer os agressores e amedrontar as vítimas.

Corroborando esse entendimento, uma análise feita a partir dos dados do Mapa da Violência 2012 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), chegaram às seguintes conclusões<sup>125</sup>:

- “1. A violência contra a mulher é significativamente expressiva no Brasil, mesmo após o advento da Lei Maria da Penha, uma vez que os registros de homicídio e agressão têm aumentado nos últimos anos. O decréscimo nas taxas de homicídio no ano de aplicação da Lei Maria da Penha e o subsequente aumento dessas mesmas taxas nos anos seguintes indica que as políticas atuais necessitam de constante avaliação para a efetiva redução do quadro de violação dos direitos das mulheres.*
- 2. Embora mais homens que mulheres sejam vítimas de violência no Brasil, as características dos crimes são essencialmente diversas, uma vez que a violência contra a mulher geralmente acontece na esfera doméstica.*
- 3. Em quase metade dos casos, o perpetrador é o parceiro, ex-parceiro ou parente da mulher, o que denota a vulnerabilidade da mulher no âmbito de suas relações domésticas, afetivas e familiares.”<sup>126</sup>*

Por outro lado, há quem defenda o Projeto, como o promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Thiago André Pierobom. Entretanto, entende que deve haver “o aprimoramento da Lei Maria da Penha, não a sua descaracterização.”<sup>127</sup>. Na verdade, o Promotor defende a possibilidade de alcançar muitos benefícios com a utilização da suspensão condicional do processo para o combate à violência doméstica, o que tornaria mais

<sup>125</sup> Conselho Nacional de Justiça – CNJ. O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/programas/lei-maria-da-penha/cartilha\\_maria\\_da\\_penha.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/programas/lei-maria-da-penha/cartilha_maria_da_penha.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2014.

<sup>126</sup> Conselho Nacional de Justiça – CNJ. O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/programas/lei-maria-da-penha/cartilha\\_maria\\_da\\_penha.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/programas/lei-maria-da-penha/cartilha_maria_da_penha.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2014.

<sup>127</sup> Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM. *Mudanças na Lei Maria da Penha provocam polêmica na Câmara dos Deputados*. 10 de abril de 2014. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2014/04/10-04-2013-mudancas-na-lei-maria-da-penha-provocam-polemica-na-camara-dos-deputados](http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2014/04/10-04-2013-mudancas-na-lei-maria-da-penha-provocam-polemica-na-camara-dos-deputados)>. Acesso em: 02 out. 2014.

célere e efetiva a prestação jurisdicional.<sup>128</sup> Seu entendimento parte do fato dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não serem implantados de forma suficiente para atender a demanda de casos, que só aumentam. Com o Poder Judiciário congestionado da maneira como se encontra, os acordos seriam uma forma de atender à pretensão das vítimas de maneira mais rápida e diminuir a sobrecarga na Justiça Comum.

A conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ana Maria Amarante Brito, diz temer que mudanças muito complexas na lei prejudiquem a sua execução. Segundo ela, o CNJ ainda não tem posição determinada sobre o Projeto de Lei 4501/12, mas ela desde já aponta inconstitucionalidades na proposta.<sup>129</sup>

Além disso, a conselheira acredita ser uma discussão válida e aproveita para ressaltar que há uma grande necessidade de se debater mais sobre o ponto mais polêmico da proposta, que é o da possibilidade de suspensão condicional do processo, lembrando o fato de que a conciliação como método de solução de conflitos está sendo discutida no mundo inteiro.

Entretanto, faz o seguinte questionamento: “Mas haverá condição neste momento de cumprimento da suspensão? Há temor de esvaziamento do efeito inibitório das penas e do efeito repressivo, para punir o agressor”.<sup>130</sup> Ela criticou também o fato de a proposta colocar a decisão de suspender o processo “nos ombros da mulher”.<sup>131</sup>

<sup>128</sup> RODRIGUES, Lindinalva Correia. *Projeto de Lei pode acabar com a Lei Maria da Penha*. Cuiabá/MT. Disponível em: <<http://www.lindinalvarodrigues.com.br/materias.php?subcategoriaId=8&id=3349>>. Acesso em: 02 out. 2014.

<sup>129</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Agência Câmara Notícias. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/465812-ADIADO-PARECER-SOBRE-A-SUSPENSAO-CONDICIONAL-DE-PROCESSO-DE-VIOLENCIA-DOMESTICA.html>>. Acesso em: 01 out. 2014.

<sup>130</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Agência Câmara Notícias. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/465812-ADIADO-PARECER-SOBRE-A-SUSPENSAO-CONDICIONAL-DE-PROCESSO-DE-VIOLENCIA-DOMESTICA.html>>. Acesso em: 01 out. 2014.

<sup>131</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Agência Câmara Notícias. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/465812-ADIADO-PARECER-SOBRE-A-SUSPENSAO-CONDICIONAL-DE-PROCESSO-DE-VIOLENCIA-DOMESTICA.html>>. Acesso em: 01 out. 2014.



É necessário que o Direito Brasileiro aceite o uso da justiça restaurativa, não limite a criação de programas diferenciados dê prosseguimento àqueles já existentes. Entretanto, qualquer programa deve ser avaliado caso à caso, não devendo ser aplicado de forma desmedida. Apesar de ser uma maneira efetiva de descongestionar o judiciário, resta saber se a Justiça Restaurativa vai ser tão eficaz na hora de proteger as tantas mulheres que são vítimas de violência no Brasil todos os dias.

## CONCLUSÃO

Com o passar dos anos, a evolução da sociedade e os crescentes movimentos feministas fizeram com que as mulheres passassem a avançar na luta por seus direitos. Todavia, mesmo após significativas conquistas, as violências física, psicológica e moral ainda são uma realidade para a maioria e continuam sendo um problema a ser enfrentado pelo Direito Brasileiro.

Após um terrível histórico de repressão, violência e impunidade, intensificaram-se as pressões internacionais e o clamor público, que somados à excessiva divulgação da violência pelos meios de comunicação, resultaram na criação de uma lei que de fato desse mais proteção e segurança às mulheres, a Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha.

Embora os objetivos da lei sejam os mais nobres, as medidas protetivas possuam uma importante aplicação prática e a legislação tenha se tornado mais rigorosa, ainda observam-se problemas em razão da referida lei não combater a situação como deveria.

Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (JVDFM) foram criados pela Lei, entretanto, não foi imposta a sua instalação e estruturação. Ao contrário disso, foi atribuída competência às Varas Criminais, que apesar de tentarem resolver a situação não possuem condições para agir como deveriam.

Como já explicitado, o atual sistema penal já não é capaz de atender às necessidades do cidadão e da sociedade, ante a ineficácia da pena prisional para reparação de danos e ressocialização do infrator. A sociedade já vive em uma situação de medo e violência constantes e por isso questiona-se o fato de punir um ato violento com outro tão violento quanto. A pena aplicada no sistema brasileiro não atinge o seu fim, pois apenas retribui o mal causado pelo autor do fato, sem se preocupar com sua ressocialização ou com a prevenção de um novo crime.

No decorrer do presente trabalho trata-se dessa nova proposta de mudança de paradigma com o surgimento da Justiça Restaurativa, com o intuito de ser uma nova ferramenta para solucionar esses conflitos, mas “sem retroalimentar a

violência, sem fazer uso de ameaça, de coerção, de punição, de castigo.”<sup>132</sup> O desafio da Justiça Restaurativa é harmonizar as necessidades de todos aqueles envolvidos no conflito utilizando conversas e reflexões e não repressão ou punições severas.

As práticas restaurativas se tornam relevantes ante uma sociedade vítima de violência, de um sistema penal repressor e falho, e que não busca construir um diálogo para que as partes de fato se expressem, mostrando seus sentimentos e emoções, para que a resolução do conflito e a reconstrução das relações sociais sejam efetivas.

Os projetos pilotos mostram que as práticas restaurativas são possíveis no Brasil e podem ser uma forma eficiente para a solução de determinados conflitos, com uma participação mais ativa das partes no processo, atuando de forma complementar o sistema de justiça criminal brasileiro.

Apesar de ser uma alternativa claramente eficaz, não pode substituir completamente o sistema criminal vigente, em razão de não poder abarcar todas as situações, mas, sim, complementá-lo, objetivando a construção de uma cultura e paz social. No entendimento de Raffaella Pallamolla,

*“A Justiça Restaurativa aparece como outra resposta possível para o delito ao invés do tradicional processo penal; não tenciona sobrepor-se ao modelo punitivo, e sim trabalhar em conjunto com ele, atendendo a casos que antes pouca ou nenhuma atenção recebiam do sistema de justiça ou, ainda, cuja resposta vinha em forma de punição (contraproducente para vítima e ofensor)”<sup>133</sup>.*

Algumas situações precisam de uma intervenção mais incisiva da justiça criminal e não é indicado que haja tanto contato entre as partes pelo risco de haver uma violência ainda maior longe dos procedimentos restaurativos, persuasão do ofensor e ameaças para que a vítima aceite o acordo mais benéfico para o agressor e não um que seja justo para ambos.

Analisa-se então, a grande discussão em torno do Projeto de Lei

---

<sup>132</sup> Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão de Legislação Participativa. Pensar a Justiça restaurativa no Brasil. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/>. Acesso em: 7 out. de 2014.

<sup>133</sup> PALLAMOLLA, Raffaella da Porciúncula. Justiça Restaurativa: da teoria à prática. 1a Edição. São Paulo: IBCCRIM, 2009. P. 145.

4501/2012. Não há que se questionar o fato de teoricamente ser um projeto com bons objetivos, como o descongestionando dos tribunais e a possibilidade de maior interação entre as partes. Contudo, deve ser considerado que os casos de violência doméstica, onde a vítima e o agressor convivem, dificultam o sucesso de um acordo justo.

Não é possível que o mediador saiba o que acontece quando a situação não está sob seus cuidados e por isso acaba colocando a vítima em uma situação de risco até mesmo maior. Sabe-se que o número de denúncias feitas por mulheres nos casos de violência doméstica aumentaram, mas não por haver maior número de ocorrências, mas sim pelo fato da Lei Maria da Penha ter proporcionado uma comunicação mais eficaz entre as vítimas e a Justiça.

Após o estudo feito sobre as mudanças trazidas pela Lei Maria da Penha, dentre elas o afastamento da competência do Juizado Especial, as medidas protetivas e o aumento do rol das circunstâncias agravantes do crime, concluiu-se que essas medidas melhoraram o panorama geral da violência doméstica e familiar contra as mulheres, apesar de não terem solucionado de fato o problema da criminalidade.

Entretanto, a questão é se mecanismos de prevenção como mediação, conciliação e suspensão condicional do processo combatem a violência doméstica contra a mulher, pois antes de pensar em uma mudança da solução de conflitos é preciso entender que o pensamento da sociedade deve mudar, pois ainda há um grande número de mulheres que vivem em situação de submissão e medo em relação aos seus maridos.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal já afirmou que a suspensão condicional do processo não deve ser aplicada aos casos de Lei Maria da Penha.

Pelos estudos e questionamentos que resultaram dessa pesquisa, é nosso entendimento que não deve ser aprovado o Projeto de Lei 4501/2012 com sua redação original, por acreditar que ainda que a Justiça Restaurativa seja eficaz para a resolução de diversos conflitos, ela não seria eficaz nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tania. *Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos*. Rio de Janeiro. Mediare. Disponível em: <[http://www.mediare.com.br/08artigos\\_06justica\\_restaurativa.html](http://www.mediare.com.br/08artigos_06justica_restaurativa.html)>. Acesso em: 20 set. de 2014.

BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha - Lei n. 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRANDÃO, Delano Câncio. *Justiça Restaurativa no Brasil: Conceito, críticas e vantagens de um modelo alternativo de resolução de conflitos*. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7946](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7946). Acesso em: 14 set. 2014.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. ADI 4.424. Relator: Ministro Marco Aurélio, julgado em 09/02/2012, pendente de revisão.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Agência Câmara Notícias. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/465812-ADIADO-PARECER-SOBRE-A-SUSPENSAO-CONDICIONAL-DE-PROCESSO-DE-VIOLENCIA-DOMESTICA.html>>. Acesso em: 01 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. *Possibilidade de suspender processo é a morte da Lei Maria da Penha*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/465790-PARA-PROMOTORA-POSSIBILIDADE-DE-SUSPENDER-PROCESSO-E-A-MORTE-DA-LEI-MARIA-DA-PENHA.html>>. Acesso em: 03 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão de Legislação Participativa. *Pensar a Justiça restaurativa no Brasil*. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/>. Acesso em: 7 out. de 2014.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm). Acesso em: 20 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 10.826 de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.826compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826compilado.htm)>. Acesso em: 01 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 06 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm)>. Acesso em: 21 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 04 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869compilada.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Notícias STF. *Ministro aplica decisão da ADI 4424 e mantém ação penal contra acusado de agressão doméstica*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=247715>>. Acesso em: 06 set. 2014.

\_\_\_\_\_. *Projeto de Lei nº 4501/2012* da Deputada Aline Corrêa. Dispõe sobre a repressão à violência contra a mulher, alterando dispositivos da Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=18CC5EF049804E436991F8CE434BC6BA.proposicoesWeb1?codteor=1029618&filename=PL+4501/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=18CC5EF049804E436991F8CE434BC6BA.proposicoesWeb1?codteor=1029618&filename=PL+4501/2012)>. Acesso em: 04 out. 2014.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. *Roubo e Furto no Distrito Federal: Avaliação da Efetividade das Sanções Não-Privativas de Liberdade*. Brasília, 2009.

CASTRO, Josefina. *O Processo de Mediação no Processo Penal: Elementos de Reflexão*. Revista do Ministério Público, nº 105, ano 27, jan-mar 2006.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. *Violência doméstica: análise artigo por artigo da Lei Maria da Penha, nº 11.340/06*. Bahia: Jus Podivm. 2008.

Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública. Disponível em: <[http://ftp.tjmg.jus.br/jij/apostila\\_ceag/MODULO\\_IX.pdf](http://ftp.tjmg.jus.br/jij/apostila_ceag/MODULO_IX.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2014.

Compromisso e Atitude. *Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil*. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 04 out. 2014.

\_\_\_\_\_. *Decisões STF ADC 19 e ADI 4424 que trata da constitucionalidade da Lei Maria da Penha e dispensa da representação da vítima*. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/decisao-stf-adc-19-e-adi-4424-09022012/?print=1>> Acesso em: 06 set. 2014.

Conselho Nacional de Justiça – CNJ. O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/programas/lei-maria-da-penha/cartilha\\_maria\\_da\\_penha.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/programas/lei-maria-da-penha/cartilha_maria_da_penha.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2014.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. *Violência Doméstica: Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) comentada artigo por artigo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Diário do Poder: Políticas e Bastidores. Disponível em: <<http://www.diariodopoder.com.br/noticias/pesquisa-revela-alto-indice-de-violencia-contra-mulheres/>>. Acesso em: 29 set. 2014.

DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

GOMES, Luiz Flávio. *Justiça penal restaurativa: conciliação, mediação e negociação*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1451, 22 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10051>>. Acesso em: 20 set. 2014.

GUERRA, Christiane Silva. *A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e suas inovações no âmbito do direito das mulheres vítimas de violência doméstica*. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2090, 22 mar. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12451>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

Instituto Jurídico Roberto Parentoni - IDECRIM. Direito Penal. Disponível em: <<http://www.idecrim.com.br/index.php/direito/13-direito-penal.>>. Acesso em: 14 set. 2014.

ISHIDA, Válder Kenji. *A suspensão condicional do processo*. São Paulo: Saraiva, 2003.

JESUS, Damásio E. de. *Justiça Restaurativa no Brasil*. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 819, 30 set. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/7359>>. Acesso em: 26 set. 2014.

LOPES JUNIOR, Aury Celso Lima. *O fundamento da existência do processo penal: instrumentalidade garantista*. Jus Navigandi, Teresina, ano 3, n. 27, 23 dez. 1998. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/1060>>. Acesso em: 14 set. 2014.

MAGALHÃES, Lúcia Regina Esteves. Série Aperfeiçoamento de Magistrados 4: Curso “O Novo Regime Jurídico das Medidas Cautelares no Processo Penal”. EMERJ. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/4/medidas\\_cautelares\\_227.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/4/medidas_cautelares_227.pdf)> Acesso em: 02 set. 2014.

MARQUES (1965), José Frederico apud ISHIDA, Válder Kenji. *Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2013.

MELO, Eduardo Rezende. *Justiça e educação: parceria para a cidadania*. Um projeto de justiça restaurativa da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de São Caetano do Sul envolvendo a rede escolar da comarca. Disponível em: <[http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/XXICongressoNacional\\_ABMP/1%20Experiencia%20%20Eduardo%20Rezende%20Melo%2008.05%20-%20G7.pdf](http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/XXICongressoNacional_ABMP/1%20Experiencia%20%20Eduardo%20Rezende%20Melo%2008.05%20-%20G7.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2014.

MIRABETE apud ISHIDA, Válter Kenji. *A suspensão condicional do processo*. São Paulo: Saraiva, 2003.

MONTENEGRO, Manuel Carlos. *TJSP usa justiça Restaurativa na Ressocialização de Jovens*. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/22917-tjsp-usa-justica-restaurativa-na-ressocializacao-de-jovens>>. Acesso em: 04 out. 2014.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto de Souza. Dez Anos de Práticas Restaurativas no Brasil: *A Afirmação da Justiça Restaurativa como Política Pública de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça*. Antena Sensorial. Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 305-324, set. 2012/fev. 2013. Disponível em: <[http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai\\_pj/revista/edicao\\_02\\_02/08\\_ResponsabilidadesV2N2\\_Antena01.pdf](http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai_pj/revista/edicao_02_02/08_ResponsabilidadesV2N2_Antena01.pdf)>. Acesso em: 23 de setembro de 2014.

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. *Justiça Restaurativa: da Teoria à Prática*. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

PEREIRA, Cláudio José. *Princípio da Oportunidade e Justiça Penal Negociada*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

PINHO, Rafael Gonçalves de. *Justiça Restaurativa: um novo conceito*. Revista Eletrônica de Direito Processual - REDP da Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Processual da UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. *A construção da Justiça Restaurativa no Brasil. O impacto no sistema de Justiça criminal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1432, 3 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9878>>. Acesso em: 7 set. 2014.

\_\_\_\_\_, Renato Sócrates Gomes. Tradução livre da Resolução 2002/12 da ONU – Princípios Básicos Para Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal. Disponível em: <<http://justica21.org.br/j21.php?id=366&pg=0#.VA8o2Tn-t-w>>. Acesso em: 20 set. 2014.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. *Violência Doméstica e Familiar contra a mulher: Lei 11.340/06 – Análise crítica e sistêmica*. Livraria do advogado, Porto Alegre, 2007, p. 99.

Recomendação nº 9 - CNJ. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/322-recomendacoes-do-conselho/12091-recomenda-no-9>>. Acesso em: 20 ago. 2014.



Resolução nº822/2010 – COMAG. Declara a existência da Central de Práticas Restaurativas Junto ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Porto Alegre, estabelecendo indicadores para o monitoramento do trabalho desenvolvido. Rio Grande do Sul, 20 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://jij.tjrs.jus.br/paginas/docs/justica-restaurativa/MICROSOFT-WORD-822-2010-CRIACAO-DA-CENTRAL-DE-PRATICA-RESTAURATIVA.PDF>>. Acesso em: 29 set. 2014.

Revista Escola. O que é bullying? <[http://revistaescola.abril.com.br/formacao/bullying-escola\\_494973.shtml](http://revistaescola.abril.com.br/formacao/bullying-escola_494973.shtml)>. Acesso em: 04 out. 2014.

RIGHETTO, Luiz Eduardo Cleto; ANDRADE, Domingos Lessandro Cardoso de. *Aplicação na prática da Lei Maria da Penha, frente à decisão do STF na ADIN 4424*. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3414, 5 nov. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22946>>. Acesso em: 7 set. 2014.

RODRIGUES, Lindinalva Correia. *Projeto de Lei pode acabar com a Lei Maria da Penha*. Cuiabá/MT. Disponível em: <<http://www.lindinalvarodrigues.com.br/materias.php?subcategoriald=8&id=3349&>>. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/ouvidoria/central-de-atendimento-a-mulher>>. Acesso em: 01 out. 2014.

\_\_\_\_\_. *Mudanças na Lei Maria da Penha provocam polêmica na Câmara dos Deputados*. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2014/04/10-04-2013-mudancas-na-lei-maria-da-penha-provocam-polemica-na-camara-dos-deputados](http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2014/04/10-04-2013-mudancas-na-lei-maria-da-penha-provocam-polemica-na-camara-dos-deputados)>. Acesso em: 02 out. 2014.

SILVA, Karina Duarte Rocha da. *Justiça Restaurativa e sua aplicação no Brasil*. 2009. 83 f. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília (UNB). Brasília. 2009. Disponível em: <[http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1\\_con\\_Karina\\_Duarte.pdf](http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/1_con_Karina_Duarte.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2014.

SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R. *Justiça Restaurativa: Coletânea de Artigos*. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF. *A Justiça Restaurativa*. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/justica-restaurativa/o-que-e-a-justica-restaurativa>>. Acesso em: 01 out. 2014.

\_\_\_\_\_. *Atividades desenvolvidas pelo Programa Justiça Restaurativa no TJDF*. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/justica-restaurativa/atividades>>. Acesso em: 27 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Portaria Conjunta nº 15, de 2004 – TJDFT. Disponível em:  
[http://www.tjdft.jus.br/trib/publ/publOf/2004/publ\\_portaria\\_conjunta\\_2004.asp](http://www.tjdft.jus.br/trib/publ/publOf/2004/publ_portaria_conjunta_2004.asp).  
Acesso em: 27 set. 2014

**ANEXO - PROJETO DE LEI Nº, DE 2012  
(Da Sra. ALINE CORRÊA)**

Dispõe sobre a repressão à violência  
contra a mulher, alterando dispositivos da  
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei  
Maria da Penha, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a repressão à violência contra a mulher, e para tanto altera dispositivos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Art. 2º O art. 12 da Lei nº 11.340/2006, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 12, VIII – remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a notícia do crime ao Juiz e ao Ministério Público.” (NR)

Art. 3º O art. 14 da Lei nº 11.340/2006 é acrescido do seguinte §1º, passando o parágrafo único a § 2º:

“Art. 14, §1º. As Leis de Organização Judiciária deverão assegurar a competência cível do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para as causas de alimentos, guarda, regulamentação de visitas e separação, indenização, medidas protetivas cíveis, dentre outras, quando a mulher estiver em situação de violência doméstica e familiar, assim entendido quando o pedido for formulado dentro do prazo de seis meses após o último ato de violência doméstica ou enquanto o processo criminal estiver em tramitação.

§ 2º. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.” (NR)

Art. 4º Acrescente-se à Lei nº 11.340/2006 o seguinte art. 17-A:

“Art. 17-A. Nos crimes abrangidos por esta Lei, a palavra da vítima deverá receber especial valoração, especialmente quando houver um histórico de violência doméstica comprovado no curso do inquérito policial ou processo criminal e a palavra da vítima apresentar-se coerente ao longo da instrução probatória.

Parágrafo único. O Juiz deverá considerar como aceitáveis pequenas incongruências por parte da vítima, especialmente quando a sequência de atos de violência doméstica, o abalo psicológico à vítima e o lapso temporal as indicarem como naturais.” (NR)

Art. 5º Acrescente-se à Lei nº 11.340/2006 o seguinte art. 17-B:

“Art. 17-B. Caso haja reiteração dos crimes abrangidos por esta lei contra a mesma vítima, os diversos processos deverão ser reunidos por conexão perante o mesmo Juízo, mediante oportuna compensação.” (NR)

Art. 6º O art. 20 da Lei nº 11.340/2006 é acrescido do seguinte §2º, passando o parágrafo único a § 1º:

“Art. 20, § 1º O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

§ 2º. Não é pré-requisito para o deferimento da prisão preventiva o prévio deferimento de medida protetiva de urgência e sua posterior desobediência.” (NR)

Art. 7º Acrescente-se à Lei nº 11.340/2006 o seguinte art. 21-A:

“Art.21-A. Caso seja suficiente que as medidas protetivas tenham natureza cautelar em relação ao processo criminal, elas seguirão as regras do Título IX do Livro I do CPP e terão duração enquanto forem necessárias ao processo criminal.

§ 1º. Contra a decisão denegatória de medidas protetivas caberá reclamação diretamente ao Tribunal, no prazo de cinco dias, sendo admissível a concessão de tutela antecipada pelo relator.

§ 2º. Caso a necessidade de proteção à vítima e seus familiares exceda o prazo de duração do processo criminal, o Juiz poderá estabelecer na sentença penal condenatória, como pena acessória, uma das medidas protetivas previstas no art. 22 desta Lei, fixando o prazo de duração das medidas após o trânsito em julgado que seja suficiente à efetiva proteção”.

Art. 8º Acrescente-se à Lei nº 11.340/2006 o seguinte art. 21-B:

“Art. 21-B. Caso o Juiz avalie que é necessário conferir efetividade às medidas protetivas independentemente do processo criminal, elas terão natureza cível.

§ 1º. Nessa situação, o pedido de medidas protetivas de urgência acompanhado do boletim de ocorrência será recebido como petição inicial com pedido de tutela antecipada, dispensada a assistência inicial por advogado e a fixação do valor da causa.

§ 2º. Contra a decisão concessiva ou denegatória do pedido de tutela antecipada caberá agravo de instrumento, sendo admissível a concessão de efeito suspensivo ou de tutela antecipada pelo relator.

§ 3º. Após a apreciação liminar do pedido de tutela antecipada, o juiz designará audiência de conciliação, nos termos do art. 277 do CPC, designando de ofício advogado à autora.

§ 4º. Caso seja frustrada a conciliação, o réu apresentará em audiência resposta escrita ou oral.

§ 5º. Caso o réu não compareça injustificadamente à audiência de conciliação ou não apresente contestação neste ato, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, nos termos do art. 277, § 3º, do CPC.

§ 6º. Após a contestação, o juiz intimará as partes para especificarem as provas no prazo de 10 dias.

§ 7º. A autora poderá requerer suspensão do prazo por até três meses caso seja necessário localizar as testemunhas, período em que as medidas protetivas concedidas em sede de tutela antecipada permanecerão em vigor.

§ 8º. O processo prosseguirá perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nos termos do procedimento sumário.

§ 9º. Ao final do processo, sendo comprovado que o réu praticou atos de violência doméstica contra a mulher, o juiz determinará uma das medidas previstas no art. 22 desta Lei, estabelecendo o prazo suficiente para a efetiva proteção da vítima.

§ 10. O recurso do réu não terá efeito suspensivo.” (NR)

Art. 9. O art. 22 da Lei nº 11.340/2006 passa a vigorar acrescido do

seguinte § 5º:

“Art. 22,§ 5º. O descumprimento das ordens previstas nesse artigo, em procedimento cível ou criminal, por decisão liminar ou definitiva, configura o crime de desobediência previsto no art. 359 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), sendo também abrangido pelas disposições previstas nessa Lei.” (NR)

Art. 10. Acrescente-se à Lei nº 11.340/2006 o seguinte art. 26-A:

“Art. 26-A. O Ministério Público, ao receber a notícia do crime, independentemente de pedido de medida protetiva em favor da vítima, avaliará a necessidade de requerer medida cautelar em favor da mesma, devendo providenciar a prova para subsidiar seu pedido.” (NR)

Art. 11. Acrescente-se à Lei nº 11.340/2006 o seguinte art. 26-B:

“Art. 26-B. O Ministério Público e a Polícia deverão estruturar um serviço de atendimento à mulher vítima de violência doméstica para receber notícias de desobediência às medidas protetivas de urgência deferidas ou de reiteração de crimes, devendo providenciar a prova para subsidiar eventual pedido ou representação de prisão preventiva.” (NR)

Art.12. O art. 41 da Lei nº 11.340/2006 passa a vigorar com a

seguinte redação:

“Art. 41. Aos crimes e contravenções penais praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, especialmente:

I - não se aplica a audiência de conciliação civil;

II – não se aplica transação penal;

III – os Juizados Especiais Criminais não são competentes para processar tais delitos;

IV – não haverá o rito sumaríssimo;

V – não haverá recurso para a Turma Recursal;

VI – o crime de lesão corporal é de ação penal pública incondicionada.” (NR)

Art. 13. Acrescente-se à Lei nº 11.340/2006 o seguinte art. 41-A:

“Art. 41-A. Aos crimes praticados em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, cuja pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, é admissível a aplicação da suspensão condicional do processo, prevista no art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, respeitadas as presentes regras.

§ 1º. A proposta de suspensão condicional do processo não é direito subjetivo do réu, mas uma faculdade legal atribuída ao Ministério Público, a ser exercida por critérios de conveniência e oportunidade, guiados pelos seguintes princípios:

I – os interesses de proteção à mulher vítima de violência doméstica e familiar;

II – a efetiva responsabilização do agressor por seus atos;  
 III – a criação de oportunidades para intervenções multidisciplinares destinadas a coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

§ 2º. Não será admitida proposta de suspensão condicional do processo se a vítima estiver em situação de risco e houver necessidade de manutenção da prisão preventiva do agressor, bem como caso o Juiz ou o Ministério Público considere que o crime se reveste de especial gravidade.

§ 3º. Para se formular a proposta de suspensão condicional do processo, é necessária prévia autorização da vítima, sob pena de o processo prosseguir em seus ulteriores termos.

§ 4º. A proposta de suspensão condicional do processo nos casos abrangidos por esta Lei deverá conter, obrigatória e cumulativamente, as seguintes condições:

I – obrigação de reparar o dano à vítima, inclusive danos morais a serem arbitrados pelo juiz, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II – prestação de serviços à comunidade;

III – comparecimento obrigatório a programas de recuperação e reeducação;

IV – respeito às medidas protetivas deferidas em favor da mulher, cuja vigência poderá permanecer durante o período de prova da suspensão, caso seja necessária à proteção da vítima;

V – obrigação de não reiterar atos de violência doméstica e familiar contra a mulher;

VI - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

VII - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§ 5º. Caso não exista no local instituição para a prestação de serviços à comunidade ou para a realização de programas de recuperação e reeducação, não será admitida a proposta, prosseguindo o processo em seus ulteriores termos.

§ 6º. O Ministério Público deverá fomentar a criação de instituições para a prestação de serviços à comunidade e para a realização de programas de recuperação e reeducação específicos para as questões de gênero, fiscalizando a efetividade de suas atividades.

§ 7º. A competência para fiscalizar o cumprimento das condições da suspensão condicional do processo é do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.” (NR)

Art. 14. Acrescente-se à Lei nº 11.340/2006 o seguinte art. 41-B:

“Art. 41-B. Aos crimes praticados em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, cuja pena cominada em sentença penal condenatória for igual ou inferior a um ano, não se aplica a restrição prevista no art. 44, I, do CP.” (NR)

Art. 15. Acrescente-se à Lei nº 11.340/2006 o seguinte art. 41-C:

“Art. 41-C. Os crimes praticados em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher admitem o estabelecimento de penas acessórias de restrição de direitos correspondentes às medidas protetivas indicada no art. 22 desta Lei, por prazo estabelecido pelo Juiz que seja suficiente à efetiva proteção da vítima, bem como a limitação de final de semana acompanhada da obrigação de

comparecimento obrigatório a programas de recuperação e reeducação.” (NR)

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Após seis anos de vigência da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha, comemorados no dia 07/08/2012), há que se celebrar a alteração drástica de um paradigma de indiferença estatal para com o sério problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. Todavia, após a implementação das reformas, a prática demonstrou que há vários pontos que merecem um aperfeiçoamento do regramento legal, de forma a possibilitar-se uma melhor proteção à mulher vítima de violência doméstica.

A intervenção imediata nos casos de violência doméstica é essencial para a efetiva proteção da mulher vítima. Se o Ministério Público e o Juiz não tomarem conhecimento imediato da prática do crime, não poderão intervir de forma célere para impedir a evolução do crime para outros ilícitos mais graves.

Atualmente, a maioria das notícias de crimes já é encaminhada imediatamente ao Ministério Público e ao Juiz através da comunicação do pedido da vítima de medidas protetivas de urgência. Todavia, é possível que a vítima deixe de pedir novas medidas acauteladoras quando já existam outras deferidas, e seja o caso de desobediência.

Nesses casos residuais, é conveniente que mesmo sem pedido da vítima a notícia do crime seja encaminhada ao Ministério Público e ao Juiz, para o acompanhamento judicial da evolução do conflito, eventual pedido de outras medidas cautelares, e para fiscalizar-se a efetiva instauração do IP.

A jurisprudência já consolidou alguns critérios para se conceder especial relevância à palavra da vítima em crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. A consagração legal desses critérios traz mais segurança jurídica e favorece uma maior proteção à mulher.

Muitos Estados não regulamentaram a competência cível do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para as causas de alimentos, guarda, regulamentação de visitas e separação, de sorte que quando a mulher está

em situação de violência doméstica e familiar ela ainda necessita buscar dois Juízos distintos para resolver seus problemas, o Juizado da Mulher e a Vara de Família, quando a finalidade original da Lei Maria da Penha foi a de reunir a resolução de todos os problemas da mulher em um único lócus. A ausência de regulamentação de um critério objetivo para a fixação dessa competência também favoreceu a não efetividade do dispositivo.

É preciso regulamentar a admissibilidade, condições e alcance da eventual aplicação da suspensão condicional do processo em casos de violência doméstica, sob a perspectiva da proteção à mulher.

Antes da Lei Maria da Penha, o sistema de conciliações e transações previstos na Lei n. 9.099/95 sistematicamente obrigava as mulheres a desistirem do processo criminal ou acabava por banalizar a resposta penal à violência doméstica. Muitas suspensões condicionais do processo eram oferecidas sem quaisquer condições que possibilitassem a efetiva proteção da mulher e a responsabilização do agressor. Após o advento da Lei Maria da Penha, era necessário consolidar a superação desse paradigma, o que foi finalmente alcançado com as decisões do STF na ADIN 4424 e ADC 19.

Todavia, a suspensão condicional do processo, desde que efetivamente regulamentada sob a perspectiva dos interesses da mulher e com as devidas exceções, pode ser um instrumento eficiente para assegurar uma resposta rápida e desburocratizada do sistema de justiça ao problema da violência doméstica.

Primeiramente porque a suspensão condicional do processo não é um instituto dos Juizados Especiais Criminais, mas possui larga aplicação nas Varas Criminais para crimes de médio potencial ofensivo, portanto não se trata de minimização da violência doméstica.

Em segundo lugar, a centralização da efetividade da sanção à violência doméstica nas Varas de Execuções Penais acaba por banalizar a concretização da resposta penal, pois a maioria das penas é fixada em regime aberto, o que significa que normalmente não haverá qualquer resposta efetiva. Com a suspensão condicional do processo, é possível atribuir ao próprio Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a competência para fiscalizar o cumprimento das condições estabelecidas, elevando-se a efetividade da resposta.

Em terceiro lugar, vários Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher instalados já apresentam sérios problemas de excesso de



processos em tramitação, com a consequente lentidão da prestação jurisdicional e elevação do risco de prescrição de casos, o que é altamente maléfico para a proteção eficiente da mulher, sendo necessário criar soluções de agilização dos processos sem banalização da resposta.

Finalmente, desde que devidamente regulamentada, a suspensão condicional do processo pode ser um importante espaço para a realização de intervenções obrigatórias com o agressor destinadas a alterar a cultura machista, bem como os demais fatores de risco de reiteração da violência doméstica, de forma a possibilitar a superação do atual paradigma de violência doméstica e familiar contra a mulher.

É preciso também regulamentar a admissibilidade, condições e alcance da eventual aplicação da suspensão condicional do processo em casos de violência doméstica, sob a perspectiva da proteção à mulher.

É também decisiva a regulamentação da prevenção do juiz no caso de reiteração de atos de violência, mediante oportuna compensação.

Faz-se necessário o esclarecimento do tratamento penal das contravenções penais (vias de fato e perturbação da tranquilidade) e da abrangência da vedação de aplicação das regras do Juizado Especial Criminal.

O art. 41 da Lei n. 11.340/2006 estabelece que não se aplica a Lei n. 9.099/1995 aos crimes praticados em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher. Apesar de o Plenário do STF ter decidido no HC 106.212 (rel. Min. Marco Aurélio, j. 24/03/2011) que a vedação do art. 41 da Lei n. 11.340/2006 também se estende às contravenções penais, é conveniente explicitar tal entendimento na lei. Eventual alegação de inefetividade das baixas penas das contravenções penais será contornada com a regulamentação da suspensão condicional do processo, conforme proposta mais abaixo.

Ademais, convém explicitar o que já foi pacificado pelo STF no julgamento da ADIN 4424 e ADC 19, de que o art. 41 significa que a ação penal da lesão corporal é incondicionada, o JEC não é competente para processar os delitos previstos pela Lei n. 11.340/2006, além de não ser cabível audiência de conciliação civil, transação penal, o rito sumaríssimo e o julgamento de recurso por turma recursal. Caso o juiz dê uma ordem de medida protetiva de urgência em favor da mulher vítima de violência doméstica e familiar, essa ordem se equipara a uma restrição do direito de locomoção do agressor perante o círculo de vida social da

vítima. Trata-se de uma ordem que deve ser obedecida, sob pena de incorrer em crime de desobediência e justificar a imediata prisão em flagrante.

Convém explicitar que a desobediência configura crime, para se admitir a imediata prisão em flagrante e para evitar que se entenda que a única consequência dela é a posterior decretação da prisão preventiva.

Essa desobediência é um crime praticado em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, pois se trata de uma forma de violência psicológica à mulher, que é vítima indireta do crime, assim considerado como um crime qualificado de desobediência por descumprimento a ordem de um juiz, ocasionando penas mais sérias. Não houve aqui um mero descumprimento à ordem de um funcionário público ordinário. Em sendo concretizado esse tipo penal, adequado está a aplicação do Código Penal (artigo 359 do CP) para o crime de desobediência em concurso com os crimes previstos na Lei nº11.340/2006 ( Lei Maria da Penha ) e o juízo de valor para dar ao caso concreto a pena devida.

Igualmente necessária é a regulamentação da competência cível do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. É preciso explicitar a natureza, procedimento e prazo de duração das MPUs.

Atualmente as medidas protetivas de urgência são perspectivadas pelos operadores do direito exclusivamente como medidas cautelares criminais, com duração limitada à duração do processo criminal, quando, em verdade, a finalidade da Lei Maria da Penha foi de conferir a possibilidade de uma natureza cível às medidas protetivas de urgência, com duração para além e independentemente do processo criminal. Todavia, a ausência de uma efetiva regulamentação do procedimento cível das medidas protetivas de urgência impediu a efetividade dessa finalidade original. A regulamentação da natureza criminal e cível das medidas protetivas de urgência, com os respectivos procedimentos, elevará as possibilidades de proteção à mulher.

Cumprir explicitar a obrigação de o Ministério Público estruturar um serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica. Em muitas situações a vítima recebe uma ordem de medida protetiva de urgência, ocorre a desobediência ou a reiteração de novos crimes, e a vítima não possui um canal direto de comunicar tais fatos ao Sistema de Justiça. Para essas situações, convém explicitar que o Ministério Público deverá ter um serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica para receber notícias de desobediência à ordem de

MPU ou de reiteração de crimes, e para se agilizar o eventual pedido de prisão preventiva.

A legislação em vigor carece também de explicitação da não obrigatoriedade de prévio descumprimento de MPU para se decretar a prisão preventiva. O art. 313, III, do CPP, incluído pela Lei Maria da Penha (posteriormente renumerado pela Lei n. 12.403/2011), estabelece que é cabível a prisão preventiva “se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência”.

Alguns juízes interpretam que apenas é possível decretar a prisão preventiva se houver, antes o deferimento de uma medida protetiva, a intimação do agressor e o posterior descumprimento da decisão. Todavia, há situações de risco iminente em que mesmo sem o deferimento de uma medida protetiva de urgência (ou da prévia intimação do agressor), já há uma necessidade urgente de se deferir a prisão preventiva. Cumpre explicitar que a regra do art. 313. III, do CPP não é um pré-requisito para a decretação da prisão preventiva.

É preciso que se defina a obrigação de imediata comunicação da notícia do crime pela autoridade policial ao Ministério Público e ao Juiz.

Sabe-se ser necessária a elevação da efetividade da execução penal, nos casos de infrações que impliquem violência contra a mulher.

A Lei Maria da Penha introduziu um parágrafo único ao art. 152 da Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execuções Penais), para permitir que na fase de execução penal o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. Todavia, esse dispositivo ficou sem operatividade, pois ele está inserido sob a Seção da pena restritiva de direitos de limitação de final de semana, todavia o art. 44, I, do CP impede a substituição de pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direitos quando o crime for praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.

É melhor prever que os crimes abrangidos pela Lei Maria da Penha admitem penas acessórias correspondentes às medidas protetivas de urgência e à obrigação de comparecimento obrigatório a programas de recuperação e reeducação, bem como estabelecer que até determinado limite de pena não se aplica a restrição do art. 44, I, do CP, permitindo-se o estabelecimento de penas restritivas de direitos que assegurem um mínimo de efetividade à sanção penal.

São estas as razões que expomos para a aprovação da presente iniciativa, pelo que pedimos o apoio dos nobres Pares da CPMI da Violência Doméstica contra as Mulheres.

Deputada ALINE CORRÊA